



Natália Venturini Zuliani

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O FEMINICÍDIO NO JORNAL DIÁRIO DE SANTA
MARIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO**

**Santa Maria, RS
2020**

Natália Venturini Zuliani

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O FEMINICÍDIO NO JORNAL DIÁRIO DE SANTA
MARIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Trabalho final de graduação apresentado ao curso de Jornalismo, área de Ciências Sociais, da Universidade Franciscana (UFN), como requisito parcial para obtenção do grau de Jornalista - Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof. Dr^a. Rosana Cabral Zucolo.

Natália Venturini Zuliani

**A VIOLÊNCIA DE GÊNERO E O FEMINICÍDIO NO JORNAL DIÁRIO DE SANTA
MARIA: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO**

Trabalho final de graduação apresentado ao curso de Jornalismo, área de Ciências Sociais, da Universidade Franciscana (UFN), como requisito parcial para obtenção do grau de Jornalista - Bacharel em Jornalismo.

Aprovado em 16 de julho de 2020

Jorn. Me. Vivian Jorge

Prof. Me. Maurício Dias

Prof. Dr^a. Rosana Cabral Zucolo (orientadora)

Dedico este Trabalho Final de Graduação à todas as mulheres mortas pela violência de gênero em seus lares, nos lugares que deveriam ter paz e respeito das pessoas com quem conviviam. Também é dedicado a todas as mulheres que já sofreram ou sofrem violência doméstica.

Você não está sozinha!

*Agora, vivo num planeta dolorido, transparente como o gelo.
É como se houvesse aprendido tudo de uma vez, numa questão
de segundos.
Minhas amigas e colegas tornaram-se mulheres lentamente.
Eu envelheci em instantes e agora tudo está embotado e plano.
Sei que não há nada escondido; se houvesse, eu veria.*

Frida Kahlo

Resumo:

Este trabalho analisa como as matérias sobre feminicídio e violência contra a mulher em tempos de pandemia são construídas nas edições impressas do jornal Diário de Santa Maria. Para tanto, utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo (Bardin 2011) com o suporte teórico em conceitos de Jornalismo Impresso (Clóvis Rossi (1980); Maurice Mouillaud (2002); Nilson Lage (1998) e (2004); Pery Cotta (2005); Nelson Traquina (2005);), Relações e Violência de Gênero (Lucélia Braghini (2000) e Heleieth Iara Bongiovani Safiotti (2004)), Teoria do Agendamento e Acontecimento (Jane Márcia Mazzarino (2007); Maurice Mouillaud (2002); Edson Fernando Dalmonte (2011)) e Ética Jornalística (BUCCI,2000). A conclusão que se chegou é de que o veículo analisado não trata as matérias de feminicídio e violência contra a mulher com a devida importância que o assunto precisa para ser disseminado, utilizando-se apenas das respostas do *lead* para a construção da notícia.

Palavras-chave: jornalismo impresso; violência de gênero; feminicídio; *Diário de Santa Maria*; agendamento.

Abstract:

This work analyses how articles about femicide and violence against women in times of pandemic are built in the printed editions of Diário de Santa Maria newspaper. For this purpose, it was used the methodology of content analysis (Bardin, 2011) with the technical support in Print Journalism's concepts (Clóvis Rossi, 1980; Maurice Moiulland, 2002; Nilson Lage, 1998 e 2004; Pery Cotta, 2005; Nelson Traquina, 2005), Relationships and Gender-based Violence (Lucélia Braghini, 2000 e Heleieth Iara Bongiovani Safiotti, 2004), Agenda setting theory (Jane Márcia Mazzarino (2007); Maurice Mouillaud (2002); Edson Fernando Dalmonte (2011)) and Journalistic ethics (Bucci, 2000). The conclusion was that the communication vehicle analyzed doesn't treat the articles of femicide and violence against women with the attention they deserved to spread information about them, only using lead's answers to build the news.

Keywords: Printed journalism; gender-based violence; femicide; *Diário de Santa Maria*; agenda setting.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS:

FIGURA 1 - Matéria (a)	48
FIGURA 2 - Matéria (b)	49
FIGURA 3 - Matéria (c)	50
FIGURA 4 - Matéria (d)	51
FIGURA 5 - Matéria (e)	52
FIGURA 6 - Matéria (f)	53
FIGURA 7 - Matéria (g)	54
FIGURA 8 - Matéria (h)	55
FIGURA 9 - Tabela 1 – Codificação de Títulos	56
FIGURA 10 - Tabela 2	
.....	56/57/58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
2. O PERCURSO DA PESQUISA: PALAVRAS NECESSÁRIAS	13
2.1. Sobre o Femicídio	13
2.1.1. A violência doméstica.....	15
2.1.2. A Lei Maria da Penha: da identificação à denúncia dos abusos	16
2.2. Pandemia e a violência contra mulher	18
2.3. O Estado da Arte.....	23
3. QUADRO DE REFERÊNCIAS TEÓRICAS	27
3.1. Sobre o Jornalismo Impresso e o acontecimento jornalístico	28
3.2. Teoria do Agendamento.....	34
3.3. Relações de Gênero	36
3.3.1. Sobre a Violência de Gênero	39
4. REFERENCIAL METODOLÓGICO	41
4.1. Do Objeto	41
4.1.1. O Jornal Diário de Santa Maria	41
4.1.2. As rotinas produtivas do jornal Diário de Santa Maria.....	42
4.1.2.1. A rotina do jornal durante a pandemia	45
4.2. Análise do Corpus	47
4.2.1. O feminicídio no jornal.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa, de caráter empírico e abordagem qualitativa, analisa como o jornal impresso Diário de Santa Maria aborda os casos de feminicídio na cidade de Santa Maria e região central em tempos de pandemia da COVID-19. Também se propôs mapear o tema nas páginas do jornal Diário de Santa Maria (DSM), verificando o lugar das notícias de feminicídio na edição impressa do DSM; e analisando a linguagem utilizada nessas notícias.

No início desta pesquisa, no ano de 2019, a proposta era analisar a abordagem dos crimes de feminicídio no período de setembro de 2018 - após os atos do #ELENÃO¹¹ - até maio de 2020. Devido ao início da pandemia do coronavírus no Brasil, em março de 2020, foi necessário mudar o período de coleta de dados necessários à pesquisa, porque a equipe de informática do jornal necessitou dar suporte total para parte dos jornalistas do Diário que passaram a operar de maneira remota. Esse foi o motivo da pesquisadora não ter conseguido o acesso ao material necessário para análises inicialmente propostas. Em consequência disto, o novo marco dessa pesquisa é o período de 16 de março de 2020 até 15 de maio de 2020. A autora deste trabalho pesquisou dia a dia, olhando no jornal em forma de PDF, que é disponibilizado para assinantes pelo *flip* no site do jornal, em busca de notícias e reportagens sobre a violência contra mulher e o crime de feminicídio. Ou seja, o foco da pesquisa não foi mudado.

Não poderíamos deixar de citar a COVID-19 nesse trabalho. O Coronavírus modificou a rotina de milhares de pessoas do mundo todo. O trabalho remoto, ou *home office*, se tornou uma boa alternativa para que inúmeros tipos de funções pudessem seguir sem que as pessoas fossem economicamente prejudicadas. Desde dezembro de 2019, a China convive com a COVID-19, que matou milhões de cidadãos daquele país. O vírus começou a se espalhar pela Europa, com epicentro na Itália, depois Estados Unidos e Brasil. O Coronavírus tomou o mundo, tornando-se uma pandemia. A COVID-19 trouxe muitos assuntos para serem refletidos pela população brasileira. A miséria, a fome, a falta de acesso a computador, educação, internet e a falta de saneamento básico são alguns dos temas pertinentes para que

¹ O movimento #ELENÃO foi o mais recente que marcou o Brasil, em setembro de 2018. Milhares de mulheres saíram às ruas do país com gritos de ordem para protestar aos ataques sofridos pelo atual presidente da república e seus apoiadores, via redes sociais.

os governantes se atentem. Além disso, trouxe à tona o debate da violência contra a mulher e o feminicídio, visto que a vítima, em razão do isolamento social, está trancada dentro de casa com o seu agressor, na maioria dos casos. Assim, por entender e visualizar que a pandemia teve um aumento considerável nos casos de violência contra a mulher, buscou-se saber como isso foi registrado nas páginas do jornal.

Sabe-se que as mulheres, desde os primórdios dos tempos, passam por atos violentos todos os dias e em todos os lugares, o que as coloca em situação de vulnerabilidade. Isto fez com que a pesquisadora deste trabalho se perguntasse o porquê de isso acontecer com o chamado 'sexo frágil'. Considera-se essa, uma primeira motivação para se pesquisar como esse crime de gênero é abordado nas páginas impressas do único jornal impresso de Santa Maria. Além disso, saber de histórias de mulheres que foram mortas por seus companheiros, simplesmente por serem mulheres, motivou a pesquisadora analisar a linguagem utilizada nesse gênero de notícias.

Além do que já foi argumentado, existem outros fatores motivadores que levaram ao estudo do tema como, por exemplo, o fato de se ter toda uma gama de legislação, de denúncias e, ainda a mulher é tratada como inferior; sendo subjugada; ganhando menos, mesmo realizando o mesmo trabalho masculino; e também por ser mulher que já passou por assédios moral e sexual, por uma relação abusiva e por estar situada no campo da comunicação e do jornalismo.

O fato da pesquisadora já ter trabalhado em um veículo de comunicação, mais especificamente, com o jornalismo impresso local, e observado o modo de produção de notícias sobre o tema, levou-a a acreditar ser de extrema relevância que os veículos comecem a pensar em como podem melhorar suas construções narrativas nas páginas policiais e em outras que abordem a temática.

A pesquisadora trabalhou no jornal Diário de Santa Maria por um ano e sete meses (de junho de 2017 até fevereiro de 2019) na editoria Variedades, que em janeiro de 2019 se juntou à editoria de Cultura. No período de trabalho, a pesquisadora escreveu obituários, nascimentos, a página Diário nos Bairros, sobre moda/beleza, pets, empreendimentos que estavam começando na cidade, além de fazer participações nas editorias do online, geral e política. Para isso, sempre teve o cuidado de realizar matérias voltadas ao público feminino, que não impusesse regras. O Diário de Santa Maria é o único jornal impresso, de grande porte do interior do

estado, que é diário e tem a preocupação em levar a notícia em primeira mão, sendo o único com plantão 24 horas e com diversas *lives* e informes durante todo o dia. Além disso, conta com mais de 13 mil assinantes e mais de 2 mil jornais vendidos nos pontos de vendas. Nos finais de semana, a circulação se dá com 88 páginas de conteúdo e de segunda à sexta-feira, pode passar das 32 páginas habituais.

Também foi escolhido o veículo de comunicação local pela razão geográfica, visto a importância de se ter um jornalismo impresso no interior do estado de grande porte, que seja diário. Isso porque o jornalismo, conforme Traquina (2000) tem uma relação com a agenda pública da cidade. É essa agenda que move as notícias e os leitores do jornal. Crimes como o feminicídio são comentados, em rodas de conversa, pela vizinhança até ganhar as páginas do jornal. Ou ao contrário, pela notícia do crime ter sido publicada, rodas de conversa debatem o tema.

A imprensa pode não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem uma capacidade especial para dizer ao seu público sobre o que pensar, como afirma Mazzarino (2007). E um jornal do interior do estado fomenta isso, justamente por ser o único impresso da região de Santa Maria. Desse modo, tem-se a intenção de contribuir de modo crítico para que o jornal qualifique sua linguagem e ajude cada vez mais na formação crítica de seu leitor, dada a capacidade de o veículo colocar a pauta na mesa do mesmo.

Pensando sobre o assunto, os estudos desenvolvidos sobre as teorias do jornalismo, em particular sobre o agendamento (Mazzarino, 2007; Traquina, 2005; McCombs e Shaw, 1972; Dalmonte, 2011) e os estudos acerca das relações de gênero e da violência contra a mulher (Arruda e Lima, 2013; Beauvoir, 1980; Braghini, 2000; Bandeira e Costa, 2019; Delphy, 2009; Grossi, 2000; Junges, 2014; Olinto, 1998; Saffioti, 2004; Souza e Mill, 2015) são as bases desta pesquisa.

Em tal cenário, a questão problema que norteia este trabalho é saber como a edição impressa do Diário de Santa Maria abordou a violência contra a mulher e o feminicídio no início da pandemia? E, em decorrência dela, conhecer também que espaço essa notícia ocupa no jornal para além das páginas policiais? Que tipo de enunciação ele faz quando o assunto é feminicídio e violência contra a mulher?

Ao longo da pesquisa, é possível encontrar questões como a contextualização da violência contra a mulher, como ela inicia e seus desdobramentos até chegar no feminicídio propriamente dito. No capítulo 2, é possível ler sobre as ideias dessa pesquisa, além de saber a respeito do jornal Diário de Santa Maria, temos a Lei do

Feminicídio, a Lei Maria da Penha, a explicação para identificar abusos e realizar as denúncias, falamos sobre a violência doméstica e também sobre a violência doméstica e o feminicídio em tempos de pandemia. E, por fim, se tem trabalhos que foram reunidos na primeira fase de realização dessa pesquisa chamado de Estado da Arte, onde é possível encontrar monografias e dissertações tanto sobre o jornalismo como as áreas afins, que tratam sobre feminicídio, que foram retiradas, principalmente, de sites e leituras de artigos.

Já no capítulo 3 o leitor vai poder acompanhar o percurso teórico realizado nesta pesquisa, dissertando sobre o conceito de jornalismo impresso e acontecimento jornalístico, o conceito da Teoria do Agendamento, as Relações de Gênero e a explicação da Violência de Gênero com foco na violência contra a mulher.

O capítulo 4 contém o referencial metodológico. Nele o leitor vai encontrar explicação do Objeto da pesquisa, tudo relacionado ao Diário de Santa Maria, como história, paginação, maneira de trabalhar e medidas das páginas, a rotina do jornal antes da pandemia, a explicação da rotina do jornal durante e pós pandemia. Também é neste capítulo que se começa a explicar e analisar as notícias retiradas do período de 16 de março a 15 de maio de 2020 sobre violência contra a mulher e o feminicídio, além de conter a página da notícia e também duas tabelas com os dados retirados das matérias e, após, problematização de questões referentes às matérias analisadas.

Por fim encontra-se as considerações finais do trabalho e as referências bibliográficas usadas nesta pesquisa.

2. O PERCURSO DA PESQUISA: PALAVRAS NECESSÁRIAS

Esta pesquisa de caráter empírico e abordagem qualitativa propõe-se a refletir sobre a maneira como o crime de feminicídio é apresentado nas páginas impressas do jornal Diário de Santa Maria. Trata-se do único jornal impresso a abranger toda a região central do Rio Grande do Sul.

A contextualização sobre abusos, violência, a Lei do Feminicídio, a Lei Maria da Penha e maneiras de denunciar, também parte deste capítulo, revela que o feminicídio é um crime de gênero que já vem sendo “planejado”, visto que se começa por violência psicológica, segue-se nas agressões e o final dessa mulher, conforme afirma Braghini (2000), é a morte pelo gênero, naquilo que ela denomina de princípio da violência doméstica em etapas. Essa contextualização ajuda a enxergar quais os passos e denominações são importantes de abordar em veículos de comunicação em uma tentativa de aprofundamento sobre a violência doméstica.

A violência contra mulheres e a morte delas são crimes que assolam a sociedade patriarcal há milênios, mas que por anos foi silenciado em razão do machismo. Conforme o dicionário online Aurélio, machismo significa: opinião ou atitudes que discriminam ou recusam a ideia de igualdade dos direitos entre homens e mulheres. Ou seja, pensamentos de que o homem é superior em relação a mulher.

Conforme artigo escrito por Isabela Petrini Moya (2019), da Universidade Federal de Santa Catarina, para o site *POLITIZE*, a pessoa machista é aquela que acredita que homens e mulheres têm papéis distintos na sociedade, que a mulher não pode ou não deve se portar e ter os mesmos direitos de um homem ou que julga a mulher como inferior ao homem em aspectos físicos, intelectuais e sociais. A partir dessa opressão, se tem os crimes contra a mulher, dos quais tratam este trabalho. Para isso, é fundamental entender a Lei do Feminicídio.

2.1. Sobre o Feminicídio

O feminicídio é cometido desde os primórdios da humanidade. O crime choca a sociedade pela maneira como ocorre, mas por muitos anos um dito popular impediu que muitas mulheres fossem salvas das atrocidades de seus companheiros: “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher!”. O mais conhecido dos ditados negligenciou a vida de milhares de mulheres por anos, porque nem os vizinhos, nem mesmo a polícia, interferiam.

Por muitos anos, mulheres de todos os cantos do mundo lutaram pela conquista de seus direitos. Em meados de 1857, operárias de uma fábrica têxtil, em Nova York (EUA), morreram queimadas por policiais ao reivindicarem a redução da jornada de trabalho e o direito à licença-maternidade. Desde então, outras manifestações no mundo foram acontecendo em busca dos direitos das mulheres, num movimento que vem se consolidando de modo efetivo e simbólico. Vários outros atos como a queima simbólica de sutiãs e itens que representavam a beleza feminina foram colocados fora em um concurso de beleza, em 1968, pelo grupo de ativistas do *Women's Liberation Movement*, Movimento de Libertação das Mulheres, em tradução livre.

O movimento mais recente que marcou o Brasil, foi o #ELENÃO, em setembro de 2018. Milhares de mulheres saíram às ruas do país com gritos de ordem para protestar aos ataques sofridos pelo atual presidente da república e seus apoiadores, via redes sociais. Juntas, elas fizeram caminhadas pelas principais ruas e avenidas das cidades e reivindicaram novamente os direitos femininos, tentando evitar um retrocesso em tudo o já conquistado. Conforme matéria do site BBC Brasil, o número oficial de mulheres que participaram das manifestações não foi divulgado pelas polícias militares das principais capitais do país, mas se sabe que 114 cidades brasileiras tiveram manifestações contra o, então, candidato à Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro. Também foi registrado manifestações do #ELENÃO em países como Estados Unidos (New York), França (Paris), Inglaterra (Londres) e Portugal (Lisboa). Além disso, as menções da tag #ELENÃO em redes sociais, como o twitter, passaram de um milhão. O encontro de milhares de mulheres nas ruas de todo o Brasil e de outros lugares do mundo, só foi possível pela movimentação delas nas redes. Facebook e twitter possibilitaram que as mulheres se organizassem e saíssem às ruas para protestar.

Após séculos lutando para garantir e ter a manutenção de direitos e políticas públicas que asseguram a sobrevivência e existência da mulher, é possível usufruir das consequências dessas batalhas travadas desde meados dos anos 1800 pelo movimento das mulheres negras (Hokss, 2018). Um desses resultados, obtidos em 2015, foi a Lei do Feminicídio. Ela condena e incrimina companheiros e pessoas da relação da vítima por terem cometido violência de gênero contra essa mulher. Ou seja, é quando um homem discrimina ou menospreza a mulher e/ou quando ela sofre

violência doméstica ou familiar e é morta pela razão de ser mulher. O feminicídio é classificado como um crime hediondo na constituição federal.

A Lei de número 13.104, conhecida por ser a Lei do Feminicídio foi instaurada em 9 de março de 2015. Conforme sancionada pelo Planalto, a lei altera o artigo 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. No parágrafo segundo A, diz-se que considera razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Essa lei foi criada em um governo de ordem popular. No Brasil, a Organização Mundial de Saúde (OMS), estima que 5 a cada grupo de 100 mil mulheres são mortas por serem mulher.

2.1.1. A violência doméstica

A violência doméstica é toda aquela praticada dentro de casa ou do que é considerado ambiente familiar. Ela não consiste apenas em pais batendo em filhos, ou cônjuges em suas companheiras. A violência doméstica compreende violência sexual, física, e psicológica, assim como privação ou abandono exercidos dentro do lar entre pais e filhos, marido e esposa e pessoas com qualquer outro grau de parentesco. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de cada três casos de violência doméstica atendidos pelos plantões do Sistema Único de Saúde (SUS), dois envolvem mulheres. Crianças e idosos também fazem parte do grande número de pessoas que sofrem maus tratos nas casas do Brasil.

Em 2016, tramitaram na Justiça do País mais de um milhão de processos referentes à violência doméstica contra a mulher, o que corresponde, em média, a 1 processo para cada 100 mulheres brasileiras. Desses, pelo menos 13,5 mil são casos de feminicídio, conforme dados apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018, os números são alarmantes. Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras, um aumento de 6,4% no período de dez anos. Em 2017, mais de 60 mil mulheres foram estupradas, um

crescimento equivalente a 8,4%. Além disso, 1.133 feminicídios foram registrados no Brasil. Mais de 4.500 mulheres foram mortas e mais de 221 mil casos de lesão corporal dolosa foram registrados na Lei Maria da Penha. Cerca de 606 casos por dia.

Jornalista do Estadão, Nana Soares, publicou no site do Jornal, em setembro de 2017, uma reflexão sobre gênero e violência. No texto, ela compila informações de violência doméstica, sexual e faz uma análise sobre os dados. Em um trecho da matéria, Nana diz que

quase nada mudou no tratamento com vítimas da violência, mas que “também não muda o tratamento destinado aos agressores, classificados como loucos e anti-sociais, quando na verdade são o contrário: homens perfeitamente inseridos em uma sociedade que não dá o menor valor às vidas das mulheres”.

Em um levantamento do Ministério Público do Estado de São Paulo revelou que a maioria dos assassinatos de mulheres acontece dentro do ambiente familiar e também durante a semana, de segunda a sexta-feira (68%).

2.1.2. A Lei Maria da Penha: da identificação à denúncia dos abusos

Alguns passos são fundamentais para que se possa reconheça o sofrimento ou se está se presenciando violência doméstica. Entre alguns dos sinais de alerta, está a pessoa que tem machucados estranhos e inexplicáveis pelo corpo e rosto. O isolamento é outro sintoma: a vítima se afasta de amigos (principalmente homens) pelo medo de o agressor bater ainda mais. Além disso, expressões faciais também denunciam uma violência doméstica. O agressor pode parecer irritado e com raiva. A linguagem corporal do agressor também denuncia a violência. Ele pode cerrar os punhos, travar os dentes e se contorcer pela raiva.

Outro sinal de violência é ter carro da polícia em frente à casa do agressor. Se a vizinhança escuta constantes gritos por socorro, a recomendação é procurar ajuda. A vítima precisa de auxílio para conseguir sobreviver. Armas podem estar envolvidas, então é preciso ter cuidado ao se aproximar. Não se deve negar ajuda, e chamar a polícia é essencial. A agressão física é a mais aparente, mas existe também a agressão verbal. Humilhações em público ou dentro de casa, discussões constantes com ameaças, domínio e controle sobre a companheira e intimidações são algumas das violências que a mulher sofre em um relacionamento abusivo, seja ele com o namorado, noivo, marido ou homens da família. O agressor utiliza-se do medo,

infringe culpa e vergonha para manter a vítima sob controle. Além disso, ele também pode machucar ou agredir alguém da família da vítima para mostrar força.

Desde 2006, existe a Lei Maria da Penha. Ela é voltada para casos de violência doméstica e contra a mulher. A legislação foi criada por Maria da Penha, para que o crime deixasse de ser de menor poder ofensivo. Maria foi agredida pelo marido diversas vezes em 1983 e, quando estava dormindo, levou um tiro de arma de fogo, que a deixou paraplégica. O caso só foi resolvido em 2002, quando o Estado brasileiro foi condenado por omissão e negligência pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A pena para quem for enquadrado na Lei Maria da Penha é de 1 a 3 anos de regime fechado. Além disso, o juiz pode obrigar o agressor a participar de programas de reeducação ou recuperação, e não é mais possível trocar a pena por doação de cesta básica ou realização de serviço voluntário. Essa lei também criou novas formas de proteção à mulher ameaçada. Ela vale, por exemplo, para pessoas que não moram juntas. Nesse caso, o agressor só é preso se for pego em flagrante, se o comportamento dele oferecer risco à mulher e se, ao final do processo, ele for condenado.

A criação da Lei Maria da Penha aumentou em 86% as denúncias de violência doméstica. Para ajudar as vítimas, o número 180 está disponível para denúncias. Além disso, existe a Casa da Mulher Brasileira, para aquelas vítimas que não têm para onde ir. Mesmo assim, os números de casos de violência continuam crescendo.

Procurar uma delegacia especializada e realizar um boletim de ocorrência, ou ligar para a Central de Atendimento através do número 180. A denúncia é anônima e o serviço funciona 24 horas. A denúncia pode ser realizada pela vítima ou por alguém próximo a ela. A vítima também pode ligar para a polícia, no 190. Além disso, o número 100 está disponível como um disque-denúncia que auxilia em casos de agressões sexuais contra crianças e adolescentes, pornografia infantil e tráfico de mulheres.

A Central de Atendimento à Mulher disponibiliza informações sobre a legislação, assim como, atendimento psicológico, jurídico e social à vítima. Além de guiar as vítimas sobre o que fazer. Desde 2014, o aplicativo Clique 180 apresenta informações sobre a Lei Maria da Penha.

2.2. Pandemia e a violência contra mulher

A Covid-19 se tornou um acontecimento universal e muitos desdobramentos estão sendo pesquisados e publicados pela mídia. A violência contra a mulher é um desses desdobramentos que a pesquisadora vem acompanhando e tal contextualização se fez necessária à construção do problema de pesquisa, uma vez que o acontecimento - conceituação e referências sobre acontecimento estão no item 3.1 - está presente no dia a dia do jornalismo. Sabe-se que para um acontecimento ser veiculado em um jornal, ele passa por critérios de noticiabilidade e tem um foco definido, ou tem seu assunto delimitado, tendo assim um enquadramento.

A doença começou na cidade de Wuhan, na China, em uma época de muitas festas, já que era quase a virada de 2019 para 2020. Sabia-se, pelas notícias do período de jornais mundiais, que muitas cidades tiveram suas fronteiras e aeroportos fechados porque em poucos dias vários estados da China estavam com casos. Os governos começaram a aferir a temperatura da população na rua, os hospitais tiveram modificações para poder atender aos casos, que não paravam de aumentar dia após dia.

Assim como na China, países do continente asiático logo registraram casos de infecção pelo Coronavírus. Gradativamente, mas em questão de semanas, a Europa também passou a ter casos, sendo o epicentro da doença a Itália. O vírus também se espalhou para o continente Americano, infectando o norte, centro e sul. A Organização Mundial da Saúde declarou que o vírus era uma emergência global no dia 30 de janeiro de 2020 e só declarou como pandemia no dia 11 de março de 2020. Durante esse intervalo de tempo, milhares de pessoas morreram no mundo inteiro com a doença. Cada dia, as notícias eram desesperadoras. No dia 16 de abril de 2020 o portal Uol publicou a seguinte chamada: Coronavírus: Itália registra aumento de mortes pelo 3º dia consecutivo. No conteúdo da notícia, o anúncio de 525 mortes em 24 horas, chegando a 22.170 óbitos pelo Coronavírus. Cada dia o número subia, sendo registrado mais de 800 mortes num único dia.

O Brasil também registra seus recordes de falecimentos por Covid-19. No dia 12 de maio de 2020 foram confirmadas 881 mortes em um único dia. Em 21 de maio um novo recorde de 1.188 mortes em 24 horas, conforme o portal Terra. Decretos e normas foram criadas para realizar um isolamento social da população e evitar aglomerações. Empresas, escolas, universidades, serviços de comércio, bares,

casas noturnas, restaurantes, clubes, academias, salões de beleza e barbearias, tudo foi fechado em um primeiro momento, ficando só serviços essenciais como mercados, farmácias e hospitais. Mas após discussões sobre uma possível crise econômica (e isso é assunto para uma nova pesquisa e não será desenvolvido neste trabalho), muitos prefeitos, inclusive o de Santa Maria, resolveram reabrir, de maneira gradual, todo esse sistema, colocando em risco milhares de pessoas e de fato mostrando um aumento gradativo de casos diariamente. O transporte coletivo teve seus horários reduzidos e a aglomeração que era para ser evitada começou a se formar nas paradas e dentro dos veículos. Muitas questões mudaram. A maneira de dar aulas, as reuniões, o modo de trabalhar, inúmeras funções foram modificadas. Ou porque estão sendo realizadas de maneira remota, ou porque precisaram se reinventar para conseguirem seguir em frente. Mas o que não mudou foi a violência contra a mulher. Ela aumentou consideravelmente.

A pandemia trouxe a discussão da violência contra a mulher em tempos de confinamento para as rodas de conversa. Jornais em todo o Brasil todo veiculando notícias sobre o aumento da violência contra a mulher dentro de suas próprias casas, onde se julgava ser o local mais seguro para que elas se protegessem do vírus, junto da família. Mas as notícias online de jornais como Folha de São Paulo, Brasil de Fato, Rede Brasil Atual e tantos outros que se pode acompanhar pela internet durante a pandemia, mostraram o lado contrário desse cenário. Uma das principais manchetes de violência contra a mulher do site G1 diz que "*Casos de violência doméstica no RJ crescem 50% durante confinamento*", já no site Uol, a manchete é "*Coronavírus: Violência doméstica cresce em 50% na quarentena do Rio de Janeiro*", Na Revista Fórum pode-se ler a seguinte chamada "*Violência doméstica cresce 50% no Rio de Janeiro durante isolamento*". Outros portais também trazem chamadas parecidas com ênfase do aumento de 50% dos casos de violência, inicialmente no Rio de Janeiro. Isso é preocupante. Muitas campanhas para a denúncia dessa violência foram criadas por Tribunais de Justiça de todo o Brasil. Em uma pesquisa rápida na internet - também inevitável não falar dela, em razão do momento vivido - pode-se ver que as primeiras campanhas e as com maior destaque para o número de denúncia são das regiões norte e nordeste do Brasil. Também é possível perceber a demora que o TJ-RS teve em realizar sua campanha contra a violência doméstica. Mas não foi só o Brasil que viu os números da violência crescer. O Chile criou palavra-chave para que as mulheres violentadas pudessem e possam denunciar a agressão. Esse método

também foi usado pela Espanha e Argentina. As mulheres que se sentirem ameaçadas vivendo numa situação de violência doméstica ou vejam que suas vidas estão em risco podem ir as farmácias das cidades e falar a palavra-chave que os funcionários irão encaminhá-las direto para os canais de comunicação responsáveis, no caso do Chile, o Ministério da Mulher.

Em Santa Maria, redes de proteção foram criadas e divulgadas no jornal impresso local e também estão disponíveis no site da prefeitura. Uma delas é o Disque Covid Acolhe Mulher que atende pelos números (55) 3220-8440 ou (55) 9 9974-1090. A iniciativa do Dique Covid é da Universidade Federal de Santa Maria e foi criado com o objetivo de que a população não precisasse ir até os postos e hospitais da cidade para não se contaminar e não contaminar ainda mais pessoas com o Coronavírus. Após quase um mês de funcionamento, via atendimento telefônico, viu-se a necessidade de abrir um canal para apoiar e acolher mulheres vítimas da violência, através do projeto 50-50 e do Observatório dos Direitos Humanos da UFSM. Quem estará ligando para pedir ajuda escutará do outro lado da linha uma voz amiga, porque todas as voluntárias do Disque Covid Acolhe Mulher são mulheres das mais diversas áreas do conhecimento: psicólogas, advogadas, professoras, enfermeiras e assistentes sociais vão ajudar mulheres que são vítimas da violência doméstica. Telefones como o do Ministério Público do Rio Grande do Sul (55 3222-9049); a Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (55 3222-2858), a Escuta Lilás (0800 541 0803) e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (55 3222-9646) estão disponíveis para atender as denúncias de violência. Além disso, existem dois telefones para denúncia direto com a polícia: 180 e 190. Mas quando usar um e quando ligar para o outro? Bom, o número 190 é para quando a violência, a agressão está acontecendo no momento, tem a emergência do caso, tem a possibilidade do flagrante. Já o 180 é para quando você, que é vizinha, amiga, colega de trabalho e você, mulher que sofre essa violência há bastante tempo, possa ligar e ser atendida.

Uma pesquisa dos Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da Faculdade de Medicina da Universidade Estácio de Sá, do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira da Fundação Oswaldo Cruz, constatou que as limitações financeiras, insegurança generalizada, o aumento de trabalho doméstico, incluindo o cuidado feminino das crianças, pessoas

idosas e doentes da casa, encorajam os abusadores, dando-lhes poder e controle adicionais sobre as mulheres, iniciando assim, e/ou seguindo, a violência doméstica. Ainda segundo a pesquisa denominada “A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento:

A busca por ajuda, proteção e alternativas está prejudicada devido à interrupção ou diminuição das atividades em igrejas, creches, escolas e serviços de proteção social, bem como pelo deslocamento das prioridades dos serviços de saúde para as ações voltadas à assistência aos pacientes com sintomas respiratórios e casos suspeitos e confirmados de COVID-19. Esses fatores contribuem de modo a favorecer a manutenção e o agravamento das situações de violência já instaladas (Marques et al, 2020).

Ou seja, em razão do confinamento dessa mulher com seu agressor, o pedido por ajuda se torna cada vez mais difícil, é por isso que campanhas para que vizinhos e vizinhas cuidem uns dos outros se perpetuou com tamanha força, em uma tentativa de combater, também, nesse momento, a violência contra a mulher - e nesse caso os filhos, filhas, pessoas idosas e/ou doentes da casa, que presenciam todas essas agressões.

Em vários locais do Brasil o ditado “em briga de marido e mulher eu meto a colher” ganhou força com a campanha mostrando que a minha, a sua, a nossa vizinha não está sozinha nesse momento. Até mesmo o aplicativo de compras de uma grande loja do Brasil criou um código para que a mulher possa denunciar a violência da forma mais segura possível. Conforme notícia veiculada pelo jornal ESTADÃO, de São Paulo, essa mesma empresa viu as denúncias de violência contra a mulher crescerem em 400% e a denúncia de forma interna (quando colegas percebiam uma situação de violência entre eles) diminuir em 50%. Um vídeo silencioso² também foi gravado, como forma de apoio para essas mulheres que estão sofrendo a violência doméstica. O Instituto Maria da Penha também realizou uma campanha, falando sobre a violência contra a mulher em tempos de pandemia. No vídeo³, três colegas de trabalho estão esperando uma quarta colega para iniciar uma reunião. Quando ela entra na vídeo-chamada, a chefe a elogia e é possível ver o desconforto que essa trabalhadora, porque quando ela vai explicar o motivo de estar arrumada, o marido aparece atrás dela bebendo. A outra colega percebe algo estranho e conversa com ela, de maneira privada. Ela então relata que o marido bateu nela e pediu ajuda. Logo é possível ouvir

² Link para o vídeo: <https://www.facebook.com/carinhosa.amiga.9/posts/2797901733597028>

³ Link para o vídeo: <https://www.facebook.com/InstitutoMariadaPenha/posts/3111644992190097>

o interfone da mulher, vítima da violência, tocando e ela atende dizendo que ele já vai descer. Quando o marido sai, a colega de trabalho interrompe a reunião dizendo para ela trancar tudo e ver se era mesmo a polícia. O final do vídeo é da vítima sentada em frente ao computador com as mãos no rosto chorando e ouvindo a colega de trabalho dizer que estão juntas e que isso acabou. Sabemos que a realidade é diferente. A polícia, em muitos casos demora para atender a ocorrência, pessoas próximas não querem se envolver. E por esses e outros motivos vemos que a mulher segue na situação de violência.

Matérias orientando mulheres onde pedir ajudar em época de pandemia também foram publicadas assim como matérias com a seguinte chamada: A guerra contra o Coronavírus no Brasil tem nome de mulher. Isso porque nos hospitais existem mais enfermeiras que enfermeiros. Um estudo chamado de Relação Anual de Informações Sociais, de 2019, descobriu que elas são maioria no mercado de trabalho de serviços essenciais. Na saúde, que emprega atualmente 2,1 milhões de brasileiros, elas compõem 76% da força de trabalho. São 8 em cada 10 enfermeiras, técnicas, assistentes de enfermagem, e agentes comunitárias da saúde, 7 em cada 10 fisioterapeutas respiratórias.

O feminicídio, também objeto desta pesquisa em sua abordagem pelo meio jornalístico, é um acontecimento que se torna midiático por ser um crime contra a vida e contra o gênero feminino. Assim, a questão problema que norteia este trabalho é saber como a edição impressa do Diário de Santa Maria aborda o feminicídio em suas páginas nesse momento de pandemia? E, em decorrência dela, conhecer também que espaço essa notícia ocupa no jornal para além das páginas policiais? Que tipo de enunciação o jornal faz quando o assunto é feminicídio?

Pensando nesta questão problema, foi-se atrás de referências, partindo de produções em âmbitos geográficos próximos da pesquisadora, até mesmo pesquisas realizadas mais longes, com estudos sobre jornais de Cabo Verde, como é o caso da pesquisa da autora Isis Cleide da Cunha Fernandes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que dissertou sobre os veículos de comunicação de Cabo Verde que se utilizam do sensacionalismo para que se possa vender as notícias sobre feminicídio. Tal busca constitui o Estado da Arte explicitado no item a seguir.

2.3. O Estado da Arte

Durante a graduação, o tema feminismo ficou mais presente na vida acadêmica e pessoal da pesquisadora. Ela começou a buscar mais sobre o movimento com leituras, idas à eventos, conversas com outras mulheres, debates, mais leituras e, assim, começou a realizar trabalhos e análises sobre o conteúdo em determinadas disciplinas com foco em temáticas sobre o feminismo e suas ramificações. Uma das tarefas, na disciplina de Teorias da Comunicação II, por exemplo, foi fazer a análise de discurso do artigo chamado “Por que legalizar o aborto?” escrito por Ana Maria Costa (2012). No texto, ela faz a crítica aos grupos religiosos que preferem defender o Estatuto do Nascituro do que interceder pela saúde da mulher. Com o estudo do texto da autora, pode-se perceber que uma das principais causas de o aborto ainda ser considerado crime é que o Estado não é de todo, laico. A religião domina as bancadas políticas.

Outro trabalho analítico desenvolvido foi sobre o Direito das Gestantes, realizado em conjunto com a colega Larissa Essi, já bacharel em Jornalismo pela UFN - Universidade Franciscana. Nesse processo, contextualizou-se o debate de gênero, o feminismo, bem como sobre leis que protegem mulheres das violências de gênero e domésticas. Mas o foco era a legislação que resguarda as gestantes no ambiente de trabalho. Larissa e eu discorremos a respeito das mudanças para as gestantes na CLT e o quanto elas eram extremamente prejudiciais à mulher que estava gerando uma nova vida, visto que grávidas em ambientes insalubres permanecem nesses locais e podem passar a seus fetos doenças que não teriam caso fossem retiradas desses espaços.

Um último trabalho realizado sobre temática envolvendo o feminismo foi na disciplina de Jornalismo Investigativo, onde está pesquisadora, em conjunto com a acadêmica Milena Dias, realizou um estudo sobre violência doméstica para a produção de uma reportagem. Nela, foi abordado o que é violência doméstica, mostrado os seus dados, explicado como funciona a Lei Maria da Penha e também como a mulher pode denunciar os abusos sofridos, além de trazer relatos de duas mulheres que sofreram a violência doméstica.

As pesquisas feitas para o Estado da Arte foram realizadas no LAPEC - laboratório de pesquisa em comunicação - da Universidade Franciscana (UFN), no google acadêmico e nos anais do Intercom. Se encontrou, pela palavra-chave

FEMINICÍDIO, vários trabalhos feitos nas mais diversas áreas do conhecimento. Comunicação, Enfermagem e Direito tiveram mais publicações sobre o assunto em suas abordagens. Se utilizou desses trabalhos para ver conceitos sobre o feminicídio, a legislação vigente para o crime e até mesmo para se ter uma leitura humanizada de artigos e teses, além de o momento de realizar as análises dessas notícias. Além de todos esses trabalhos, também serão usados cinco teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso como base e padrão na maneira de escrever, autores utilizados, formas de realizar as análises e a abordagem desses no jornalismo impresso, sendo contextualizada para o jornal local.

As pesquisas encontradas vão ajudar a contextualizar assuntos como violência de gênero; machismo; feminismo; a terminologia da palavra Feminicídio; sensacionalismo; Lei do Feminicídio; e também o contexto de onde parte a violência contra a mulher, como os locais que ela é violentada - se é em casa, quais as partes do corpo, quais os bairros de maior incidência da violência sofrida. Deseja-se verificar, através das informações passadas no texto, o contexto que envolvem a violência e a morte dessa mulher. Isso é, se ela já vinha sofrendo ameaças, se estava separada do responsável de sua morte, dentre outras informações que se pretende colher nas matérias. Esses dados podem ajudar a verificar se alguns crimes são abordados com mais importância que outros.

O trabalho de conclusão de curso da egressa da Universidade Franciscana (UFN) Caroline Costa, será importante na construção de referências e modelos para a pesquisa de autores e também de maneiras de se fazer a pesquisa sobre o assunto, visto que se constatou que a autora foi a única a realizar esse tipo de trabalho na instituição de ensino, em pesquisa ao blog do LAPEC, do curso de jornalismo da UFN. Ela abordou o tema nas redes sociais do jornal Folha de São Paulo e no Gaúcha ZH. O trabalho final de graduação de Costa foi intitulado “Morta por ser mulher: uma análise da abordagem de notícias sobre casos de feminicídio”. A pesquisadora chegou à conclusão de que casos de feminicídio são noticiados com frequência pela mídia, no entanto os textos jornalísticos carecem de contextualização e aprofundamento sobre o tema. Além disso, o trabalho de Costa revela que os meios de comunicação tratam o feminicídio como um crime qualquer. Segundo a autora, os veículos de comunicação desconsideram que:

(...) violência contra a mulher deve ser tratada a partir de uma perspectiva sociocultural, que envolve aspectos relacionados à educação e a mudança de atitudes e comportamentos machistas de

uma parcela da sociedade que naturaliza a subordinação feminina e preconiza o homem como superior perante a mulher (Costa, 2018, p.85).

Como já mencionado na justificativa, acredita-se ser importante a escolha desse tema, visto que se quer ajudar os jornais a melhorarem o modo que tratam o feminicídio em suas páginas. Tem-se por objetivo verificar como o feminicídio é abordado no jornal Diário e, em decorrência disso, auxiliar na desconstrução das maneiras como as informações vão parar nas páginas policiais e outras que retratam as mortes, inúmeras vezes violentas. Pretende-se evidenciar a forma que os casos são tratados em Santa Maria, ou seja, localmente, já que, com o trabalho de Costa, pesquisou-se casos noticiados por dois jornais que são de capitais brasileiras, um do Rio Grande do Sul e o outro de São Paulo.

Além do trabalho da egressa Caroline, serão utilizados mais quatro trabalhos de embasamento para saber os autores, e linhas a serem seguidos. Dois desses trabalhos são do norte/nordeste do país, os outros dois são da região sul, sendo que um deles analisa Cabo Verde, também norte do país. Ao realizar a pesquisa de trabalhos relacionados, se pode notar que inúmeros deles foram realizados no norte do país. As estatísticas na região assustam, assim como a maneira que o feminicídio é retratado. Muitos jornais querem vender e não importa o respeito com a família, quem vence nessa batalha é o sensacionalismo, segundo o livro *Sobre a Televisão* de Pierre Bourdieu. Esses estudos científicos foram elencados devido a suas particularidades da abordagem do feminicídio dentro do campo da comunicação.

No trabalho de Isis Cleide da Cunha Fernandes, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, denominado *Representação da Violência de Gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas* a pesquisadora retrata como os jornais fomentam a violência de gênero com seus títulos, fotos e o material gráfico utilizado nas páginas que tratam sobre a violência contra a mulher. A tese da autora é clara ao afirmar que os veículos de comunicação de Cabo Verde se utilizam do sensacionalismo para que se possa vender as notícias sobre feminicídio. A pesquisadora se utiliza de teorias do agendamento e também da construcionista, além da análise de conteúdo, para que possa falar sobre o que pesquisou e dizer como isso afeta na vida e rotina da comunidade cabo-verdiana.

Já na pesquisa de Isabella Silva de Freitas Mariano, da Universidade Federal do Espírito Santo, denominada *Jornalismo, Narrativas e Discursos: Um estudo sobre*

Feminicídio no Jornal A Gazeta, a autora retrata em sua dissertação os conceitos de feminicídio, narrativa e discursos para compreender de que maneira as vítimas de feminicídio do Espírito Santo são colocadas nas páginas do jornal analisado. Ela também abordou a maneira que o jornalismo contribui para a constituição do feminicídio como um problema social e a conceituação de violência de gênero, além de ter escolhido quatro casos do crime que aconteceram com mulheres de classes sociais, profissões, idades e momentos de vida diferentes para analisar a maneira que esses casos repercutiram no jornal já citado. Para o trabalho, Isabella se utilizou de técnicas como a hermenêutica de profundidade para realizar sua pesquisa.

A outra pesquisa que será utilizada de modelo para essa é a de Aléxia Silva Saraiva, da Universidade Federal do Paraná, com o trabalho de conclusão de curso intitulado *Não é por amor: o enquadramento noticioso de feminicídios na Tribuna do Paraná*. A pesquisadora realizou uma análise de matérias, entre os anos de 2014 a 2016, pelo método de *News Frames*, para verificar um ano antes e um ano depois da Lei do Feminicídio, aprovada em 2015. Ela também desejou verificar as constantes entre o tratamento deste crime pela imprensa sensacionalista. Conforme afirma Aléxia, verificou-se a predominância do enquadramento de crime passional naturalizado pela apresentação noticiosa, atrelado ao tratamento dos feminicídios como casos pontuais e descontextualizados da violência de gênero.

A quinta e última dissertação que será utilizada de modelo neste trabalho é de autoria de Bárbara Nascimento de Oliveira, da Universidade Federal do Sergipe, denominada *Além dos Boletins de Ocorrência: análise das narrativas midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos Super Popular e Jornal da Cidade*. Em seu estudo, Bárbara se utilizou da Análise de Conteúdo para verificar as 125 notícias que foram publicadas nos jornais, já citados, nos meses de julho, agosto e setembro de 2013. Um dado alarmante e preocupante, visto que 125 notícias sobre violência contra a mulher foram publicadas em três meses. A conclusão que a autora chegou foi que, assim como as outras pesquisas já citadas nessas referências, precisa se realizar um jornalismo menos sensacionalista com a temática da violência contra a mulher e feminicídio e se tem a necessidade de um tratamento midiático mais cuidadoso e reflexivo, de acordo com a palavras de Bárbara.

Os trabalhos que também serão utilizados nesta pesquisa trazem dados analíticos sobre quem são as vítimas, onde elas foram atingidas (partes do corpo, casa, vilas e/ou bairros), além de explicações sobre a violência contra a mulher, o

conceito de feminicídio e a diferença para um simples homicídio, mas um crime não menos chocante. Também se pode perceber nas teses e dissertações que serão utilizadas como o tratar dos casos de feminicídio em um jornal impresso pode fazer com que o crime vire um escândalo ou simplesmente passe batido e como as notícias do jornal agendam as conversas rotineiras nas comunidades. Alguns trabalhos utilizados vão nortear o início da introdução dessa pesquisa. Outros irão auxiliar no sentido de referências bibliográficas para a teoria, além de apontar quais sites referências em pesquisa de dados sobre os feminicídios e violência contra a mulher.

3. QUADRO DE REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Após o percurso explicitado anteriormente, neste capítulo se faz o acionamento teórico situando os conceitos utilizados neste trabalho. Será dissertado, ao longo desse capítulo, conceituações que auxiliam nas análises dos conteúdos das notícias e artigos de opinião no item 4. É o caso do Jornalismo Impresso, Acontecimento Jornalístico, da Teoria do Agendamento, das Relações de Gênero, da Violência de Gênero com base nos autores Clóvis Rossi (1980); Maurice Mouillaud (2002); Jane Márcia Mazzarino (2007); Nilson Lage (1998) e (2004); Pery Cotta (2005); Nelson Traquina (2005); Edson Fernando Dalmonte (2011); Lucélia Braghini (2000) e Heleieth Lara Bongiovani Safiotti (2004).

3.1. Sobre o Jornalismo Impresso e o acontecimento jornalístico

Como diria Rossi (1980), jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. A profissão se utiliza, segundo Rossi, de uma arma de aparência inofensiva: a palavra. Além disso, Rossi também reforça a ideia de que a imprensa pode não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas consegue dizer ao seu público sobre o que pensar, como articula Mazzarino (2007), sobre a Teoria do Agendamento, que logo será falada.

O jornalismo não é tido como um gênero narrativo, mas sim como um gênero informacional. Nilson Lage (1998), em seu livro “Estrutura da Notícia”, declara a diferença entre narrativas e informações/exposições. O autor afirma que a narração é colocada em ordem de acontecimento dos fatos. Já as informações são colocadas por ordem de importância. Segundo ele, (p. 20) se considerarmos a tradição oral, mais antiga e mais corrente, veremos que a ordenação dos eventos por ordem decrescente de importância ou interesse é bem mais comum do que a temporalidade da sequência. Para o autor, (p. 21) os eventos estarão ordenados não por sua sequência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem conta e, sobretudo, na suposta perspectiva de quem ouve. Por isso, para os jornalistas, é tão importante a sequência do lead. Ainda mais em casos como notícias de feminicídio, onde a urgência é de informar que uma mulher foi morta pelo crime de gênero. O *lead* é a resposta de seis perguntas básicas: o que?; quem?; quando?; onde?; como? e por que?. Ele tem o objetivo de repassar ao leitor as

principais informações da notícia logo no primeiro parágrafo, assim como facilitar o processo de edição e diagramação, leitura rápida e de dividir o espaço jornalístico do publicitário.

Em outro livro, Lage (2004) afirma, no capítulo intitulado “Escolhas Léxicas e Gramaticas”, que o produtor é o responsável pela escolha das palavras. O autor diz que quanto mais coloquial for a linguagem, mais eficiente será a comunicação (p. 72). É o que se objetiva observar na linguagem das notícias do jornal impresso referente ao que vai se estudar/analisar sobre o feminicídio nas páginas de jornal impresso. Lage também afirma que mesmo que os veículos usem expressões coloquiais de criação recente, o fundamental no jornalismo é a linguagem, aquela possível no ambiente solene e também na situação coloquial (p. 74).

Em acordo com o pensamento de Lage, o autor Pery Cotta (2005), diz que há técnicas na linguagem escrita do jornalismo, para o uso correto da palavra em seu exato significado. Para ele, o domínio da palavra correta e a exatidão em mostrar as coisas fazem do jornalista um profissional influente na consciência crítica e social de uma comunidade (p. 20). Além disso, Cotta também disserta sobre a maneira que o repórter deve agir ao apurar uma informação. Ele declara que um bom profissional deve apurar fatos, sem julgamentos prévios e, sempre que possível, de forma “imparcial”, ouvindo todos os lados da questão. Mas o autor alega que a imparcialidade é outro mito no jornalismo, pois toda a matéria passa pela escolha da pauta - dentro da linha editorial - e também é influenciada por outra escolha, a do público-alvo (p. 58).

O autor também afirma que a pura e simples exposição dos fatos e o natural encadeamento narrativo dos acontecimentos já permite ao leitor aquela possível visão crítica e esclarecedora (p. 59). Conforme declara Cotta, não se precisa colocar opinião explícita em notícias que devem ser somente informativas. Para isso, se tem locais como artigos e colunas opinativas e pessoas treinadas como colunistas, articulistas e/ou colaboradores convidados das empresas de comunicação.

Mouillaud (2002) também fala sobre o jornalismo impresso, em análises, fazendo referência para termos como dispositivos, fato e sentido. Isto é, o jornalismo tem divisões para que se possa compreendê-lo. Conforme o autor, os dispositivos são encaixados uns nos outros. Com isso, se pode afirmar que o jornal está, nas palavras dele, em perpétua modificação. De acordo com Mouillaud (2002), ele (jornal) pertence à rede de informações que começou a tecer-se em torno do nosso globo no

século passado e que o envolve em um fluxo imaterial. Em suas análises, Mouillaud (2002) disserta sobre:

(...)produzir uma informação supõe a transformação de dados que estão em estado difuso, em unidades homogêneas. Um processo que não é propriedade da mídia. Está apenas representa o fim de um trabalho social, uma formação que começa a montante dos aparelhos propriamente da mídia. A visibilidade é apenas um dos múltiplos operadores pelos quais a sociedade se torna visível a si própria. (p. 42. 2002).

Mouillaud (2002) explica, também, o processo de visibilidade pelo enquadramento das notícias. Isto é, para ele, o quadro determina o que deve ser visto. O que fica fora do campo, sai do quadro, sai do enquadramento, não é noticiado. Mais do que o enquadramento, o autor reflete também sobre o acontecimento. Sem ele (acontecimento - que será falado na sequência do texto) não tem enquadramento.

Para seguir dissertando sobre o jornalismo impresso, também citamos o jornalista Clóvis Rossi (1980). O autor reflete sobre a forma que as informações são passadas das fontes para os profissionais do jornalismo. Isso é, Rossi (1980) afirma que o profissional deve cuidar o que o entrevistado lhe comunica para que o repórter não seja um mero reproduzidor de informações. Para que isso não ocorra, o jornalista deve, sim, se munir de conhecimento sobre os casos e situações os quais pretende noticiar para não ficar apenas com uma fonte (1980, p. 50) e, no caso de feminicídios, é importante ouvir as fontes oficiais, assim como familiares e vizinhos.

Outro fator considerável é a questão dos jornalistas especializados em certos setores/editorias, ou o que Rossi (1980) diz ser *background*, visto que, ainda conforme ele, somos conhecidos - os jornalistas - por sermos sujeitos que sabem pouco de muitas coisas (p. 71). Se Rossi (1980) afirma que devemos ouvir não somente fontes oficiais para nos munir de conhecimento, para Nilson Lage (1998), essa afirmação não cabe. O autor não concorda em escutar familiares e vizinhança de vítimas de crimes, no caso dessa pesquisa, o feminicídio. Ele afirma que o trato emocional com assuntos que projetam aspirações e angústias das grandes massas, gerou o que se chama de imprensa sensacionalista - competitiva, voltada para a coleta de informações a qualquer preço, e eventualmente, mentirosa (p. 14).

Em um artigo do Intercom, Medeiros et al., 2015, fazem relação do trato com as fontes no livro *O jornalista e o assassino*, escrito por Janet Malcolm, jornalista estadunidense. Neste trabalho o grupo se propôs a discutir a relação entre fonte e repórter, do médico McDonald, acusado de matar toda a família, com o jornalista

McGinnis, que se aproveitou das informações exclusivas de sua fonte para fazer julgamento do moral e de valor sobre o médico, além de elevar seu nome e tentar conseguir dinheiro. No artigo, os autores citam Tófoli (2008), Bucci (2000), Christofolletti (2008) e Karam (1997) como fontes principais para confirmar o que a escritora Malcolm afirma em seu livro. Para Bucci, o jornalista e escritor rompeu com a ética quando se deixou levar pelo poder:

Exigir que ajam com responsabilidade social e com consciência, que não abusem do poder de que estão investidos, que não se valham dele para destruir reputações e para deformar as instituições democráticas é exigir que o espírito que se encontra na origem do jornalismo não seja corrompido (BUCCI, 2000, p. 11).

Bucci (2000), em seu livro, também questiona a ética do jornalismo de grandes empresas e seus jornalistas. Segundo ele,

(...)a ética jornalística não se resume apenas a uma normatização do comportamento de repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores – e se tiverem como seus vigilantes os cidadãos do público. A liberdade de imprensa é um princípio inegociável, ele existe para beneficiar a sociedade democrática em sua dimensão civil e pública, não como prerrogativa de negócios sem limites na área da mídia e das telecomunicações, em dimensões nacionais e transnacionais. (BUCCI, id, p. 12).

Por isso, além do profissional seguir a ética jornalística, é importante que ele tenha a consciência de que necessita, apenas, passar a informação ao seu leitor, visto que é esse o papel de um jornalista: informar e não fazer juízo de valor sobre a notícia em que está a passar aos leitores.

Voltando para Mouillaud (2002), é necessário trazer um conceito sobre o que já chamamos de acontecimento jornalístico. Para o pesquisador, o conceito de acontecimento da mídia se encaixam em formas que já são construções do espaço e do tempo. Essas, por sua vez, formam um ciclo de ocorrências que se repetem. O acontecimento necessita de um espaço e de um tempo para ser. Esses elementos definem as áreas e os momentos/durações do acontecimento, que por sua vez, estabelecem a natureza e a forma do acontecimento. Para que um acontecimento seja veiculado em um jornal, ele passa por critérios de noticiabilidade e tem um foco definido, ou tem seu assunto delimitado. Ou seja, o tempo, o espaço, as áreas, o momento, a natureza e a forma definem em qual editoria o acontecimento se encaixa e a sua duração naquele meio de comunicação.

Segundo Mouillaud (2002), cada fato tem um lugar (natureza) de onde veio e uma maneira (forma) de existir. Além disso, os acontecimentos acabam tendo limites

(enquadramentos), que não tem um único significado. Inúmeras vezes a mídia, além de falar o acontecimento, costuma falar do e sobre o acontecimento, ou seja, faz uma polissemia do acontecimento e emite valor daquilo que noticia.

Mouillaud (2002) também, traz em suas análises, a questão de território, habitante e do leitor de jornal. Para o autor, o veículo de comunicação, por mais universal que seja, usando o exemplo do jornal *Le Monde*, não pode despir-se nunca de da diferença do próximo e do distante, isso é, segundo o pesquisador, a ordem que situa os acontecimentos e a área que lhes atribui são subordinadas do fato de pertencer a um território. Conforme afirma Mouillaud (2002), os acontecimentos locais, nacionais e internacionais não têm o mesmo tratamento de escala dentro do jornal. Por isso, o pesquisador analisa o veículo como um mapa, onde se tem editorias como esporte, cultura, geral, política, polícia, estado, país e mundo. Isso porque o jornal também tem um público variado que perpassa os olhos pelos títulos das matérias, sem se importar qual é a primeira e qual é a última. O leitor é quem decide qual vai ler e a ordem em que vai ler, o que lhe interessar. Outro ponto importante que Mouillaud (2002) coloca em seu texto é a respeito de afetações nos centros e periferias. Isso é, conforme a projeção escolhida, os enquadramentos dados para a notícia, afetam as superfícies e os lugares - os centros e periferias - já que todos os jornais possuem projetos editoriais e gráficos. Ou seja, diretrizes, segmentos, linhas a serem seguidas.

O acontecimento também tem ligação com o tempo histórico passado e atual, o que se chama de atração gravitacional. Mouillaud (2002) diz que é no presente que a atualidade encontra seus meios para que possa ser publicada e discutida. Além disso, a mídia também tem a necessidade de realizar traduções sociais de acontecimentos, principalmente nos científicos, isso porque, de acordo com Mouillaud (2002), as descobertas científicas não podem se tornar acontecimentos, mas, sim, sua tradução em acontecimento já transformado em mídia de um artigo para uma revista, ou coletiva de imprensa, ou comunicado. Já Silverstone (1996) diz que se a realidade não for mediada, raramente consegue passar pelas redes de mediatização, tornando-se o que nessa pesquisa vamos chamar de não-acontecimento, visto que ficou fora da mídia. Isto é, o acontecimento se torna jornalístico quando é midiaticado, veiculado. Também se pode falar do não-acontecimento quando a violência contra a mulher não ganha as páginas dos jornais, se pode dizer que é um não-acontecimento

e, por muito tempo, nem a violência contra a mulher nem o próprio Femicídio foram visibilizados na mídia.

Ainda acompanhando a perspectiva de Mouillaud (2002), o acontecimento é o todo, sem ter um campo definido. Ele passa a ser de um assunto ou outro pelo enquadramento que o jornalista o encaixa, pela sua delimitação na notícia e pelo local que ocupa no jornal. Para o autor, o acontecimento só o é no plural, não vem sozinho, no singular. Pode ter inúmeros sentidos e significados. O acontecimento vem de encontro, ou não, do agendamento - que será tratado no próximo tópico - de uma pauta em um veículo de comunicação e/ou na sociedade. Ou seja, o agendamento pode dar visibilidade, reconhecer publicamente, ampliar o acontecimento. Como também pode fazer uma nota do acontecimento e deixá-lo cair no esquecimento. O agendamento consegue, ainda, desdobrar o acontecimento em outros micro-acontecimentos. Por exemplo, quando o veículo noticia o feminicídio de uma modelo e depois segue publicando os desdobramentos do caso, como o indiciamento do autor do crime, protestos por justiça feitos pela família da vítima (entende-se vítima a mulher que foi morta). O acontecimento tem tempo para ser publicado. Quando notícia factual costuma render outros desdobramentos sobre o assunto, como no exemplo dado acima. Alguns acontecimentos podem voltar para mídia de um dia para o outro, já outros podem levar anos para retornarem. Em Santa Maria, todos os meses, ao menos um veículo de comunicação fala sobre o caso da boate Kiss. Por muitos anos vários jornais do Brasil não veicularam desdobramentos do caso Eliza Samudio, só após a soltura de seu suposto assassino é que a pauta voltou à tona.

Outras questões que ficam à sombra das notícias de feminicídio são os traumas para a família, as sequelas psicológicas dos filhos (as) e/ou pessoas que presenciaram o crime, a situação que os próprios filhos (as) se encontram após a morte dessa mulher. Isso tudo também pode ser considerado um não-acontecimento, visto que normalmente não é veiculado.

O acontecimento também é uma série de sentidos que mantém relação essencial com a linguagem - como se diz e o que se diz - integrando o cotidiano. O acontecimento costuma alterar a vida e a rotina de alguém em pequena, média e grande escala.

Assim como a linguagem do acontecimento integra o cotidiano, a experiência fragmentada de vida de todo dia é cada vez mais tensionada pelas experiências e acontecimentos do espaço público midiaticizado. Conforme Lana e França (2008), os

estudos como os de Wolton (1991), Silverstone, (1996), Sarlo (2000) e Martín-Barbero (2003) propõem investigar essa interlocução. A partir de perspectivas distintas, ressaltam as contradições, as relações de poder, as inúmeras operações técnicas e simbólicas envolvidas no processo. Os autores da pesquisa sobre cotidiano e acontecimento - Lana e França (2008) - ainda afirmam que na vida de todo dia – mediatizada pela televisão, por jornais e revistas, no contato com a Internet – é comum os sujeitos serem atravessados por acontecimentos diversos: distantes ou próximos, relacionados ou não à violência, de grande ou pequena repercussão, sérios ou curiosos.

Lana e França (2008) também dissertam sobre a publicização dos acontecimentos pela mídia. Conforme eles, o momento tem três aspectos:

(...)quadros compartilhados da experiência (o acontecimento se inscreve no espaço público que lhe confere significação partilhada por todos), a aparição do acontecimento (maneira como surge na cena pública atribui a ele individualidade) e a organização da ação pública (essa ação é conformada por um dispositivo especial, que tematiza e caracteriza a problemática dos acontecimentos) (Lana e França; 2008; p. 9).

Segundo Antunes et al. (2007), para um acontecimento ser jornalístico, ele precisa ser capaz de produzir sentido que estabeleça contexto da sua emergência. Além disso, o autor também faz uma classificação onde três dimensões se articulam, permitindo que se identifique, relate e interprete um acontecimento jornalístico:

“à temporalização proporcionada pela trama da narrativa; a perspectiva temporal verificada ao nível da enunciação e as referências temporais acionadas para a caracterização do acontecimento (...) o acontecimento está na intersecção entre um olhar que mostra, da instância de produção, e um olhar que vê, na instância da recepção.” (ANTUNES, Id, p.30).

O pesquisador também diz que o acontecimento tem contextualização, ou seja, tem um de onde surge, para virar um acontecimento. Para Mouillaud, alguns acontecimentos têm prazos de validade, conforme o editorial do jornal e os critérios de noticiabilidade utilizados. Já outros acontecimentos viram agendamentos, e é sobre isso que vamos falar no próximo tópico.

3.2. Teoria do Agendamento

O Agendamento ou Teoria do Agendamento/setting é pertinente a este trabalho porque se deseja mostrar o quanto esse tema entra em debate, nas rodas de conversa, visto que a mídia pode não conseguir dizer às pessoas como pensar,

mas tem uma capacidade especial para dizer ao seu público sobre o que pensar, conforme Traquina, McCombs e Shaw (2000, apud Mazzarino, 2007, p. 55-56).

Mesmo o autor Walter Lippmann caracterizando o que era agendamento, em meados de 1920, quem apresentou o conceito da teoria, em 1972, foram os autores McCombs e Shaw, de maneira mais complexas e com ramificações.

A Teoria do Agendamento é quem dita o que é notícia nas rodas de conversa e na sociedade. Essa teoria foi apresentada por McCombs e Shaw, em 1972 e, ao longo do tempo, foi se ampliando, a partir do reconhecimento de um poder mediático, de acordo com Traquina (2005), isso é, tendo o jornalismo como um “quarto poder”. Mazzarino (2007) diz que a teoria, e os profissionais da comunicação, se baseiam por três tipos de agenda: a midiática, a pública e a política/governamental. A agenda pública, cuida de pautas que acontecem durante o dia, a semana ou mês na cidade, sem necessariamente ser a agenda do governo. Já o conceito de agenda midiática, conforme Mazzarino, é um conjunto de dados baseado em análises de conteúdo sobre as notícias. A agenda jornalística se refere às pautas que são debatidas no veículo de comunicação, seja ela impresso, digital, televisão ou rádio, e que são publicadas. A teoria do agendamento ou agenda setting, engloba todas as agendas para se dizer o que se tem em pauta no dia, na cidade, estado e mundo. O termo agenda, por exemplo, prioriza o que se está em alta no momento, algumas agendas são naturais como os desastres ambientais; já outras são agendas montadas, como agendas políticas.

Além disso, conforme Dalmonte (2011), tomando-se por base os critérios de noticiabilidade, é possível perceber que tem mais chance de ser noticiado um fato se ele despertar interesse por dias consecutivos. De acordo com o autor:

Entre uma notícia que se esgota num único dia e outra com possibilidades de desdobramentos imediatos, esta tem mais chance de ser veiculada. A ideia de despertar no leitor desejo e necessidade de retornar ao veículo de comunicação, para acompanhar o desdobramento dos fatos, é fundamental para a consolidação da narrativa diária do jornalismo (Dalmonte, 2011, p. 224).

Ainda de acordo com Traquina (2001), os estudos do agendamento também são feitos sobre a perspectiva da agenda midiática. Ou seja, são pesquisados pelo campo do jornalismo, ou como o autor afirma, a agenda jornalística. Para Traquina, o termo campo jornalístico é concebido como o conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico conhecido como a informação. Já que o objetivo do jornalismo é informar, como já foi colocado no item sobre acontecimento.

Para poder analisar o campo jornalístico, Molotch e Lester et al. (1974) classificam em três categorias de pessoas, posicionadas de formas diferentes perante a organização do trabalho jornalístico. A primeira são os promotores de notícias. Conforme os autores, esses são os indivíduos e seus associados que identificam um acontecimento como especial. Já a segunda classificação é dos *news assemblers*. Eles são definidos como aqueles que transformam ocorrências - lê-se acontecimento - públicas através de publicações ou radiodifusão. Os terceiros, e últimos, classificados são os chamados consumidores de notícia. Ou seja, são aqueles que assistem a determinadas ocorrências disponibilizadas pelos meios de comunicação. Essas três classificações auxiliaram nos estudos da terminologia do agendamento. Por exemplo, os consumidores de notícia são os que ajudam a construir a agenda pública, os *news assemblers*, a agenda jornalística e os promotores, constroem a agenda política. Cada um tem uma parte importante para poder levantar o agendamento e inserir o respectivo assunto dentro do meio jornalístico. Visto que, conforme afirma McCombs (1976), se os veículos não dizem nada acerca do fato em questão, é porque ele só irá existir na nossa agenda pessoal ou no nosso espaço vivencial.

Sobre essa afirmação podemos retomar a discussão do não-acontecimento. Isso é, o que não é ou passa não ser noticiado pelos meios de comunicação. Ou porque o assunto não foi pensado, ou porque sabe-se que não venderia, usando a informação como forma de mercadoria - como se refere Bourdieu (1997) em seu texto Sobre a Televisão, em que ele faz uma severa crítica na maneira sensacionalista como o jornalismo e a informação estão sendo tratadas. Mesmo tendo mais de 20 anos de análises desse texto, sabe-se que o sensacionalismo da informação ainda é utilizado como mercadoria no meio jornalístico, ou porque também não tinha interesse em publicá-lo, não estando, assim, presente na linha editorial do meio de comunicação.

Para esse estudo, portanto, se utiliza do conceito de agendamento como já mencionado acima. O veículo de comunicação costuma, em muitos locais, colocar nas rodas de conversa o que e do qual assunto gostaria que seu público falasse.

3.3. Relações de Gênero

Gênero não determina, necessariamente, o sexo do indivíduo. A discussão sobre os tipos de gênero com os quais as pessoas se identificam é um campo de

pesquisa em desenvolvimento. Para esse trabalho, vamos utilizar de modo heurístico o gênero feminino - binário, cisgênero - ou seja, mulher heterossexual.

O gênero é determinado, não só pelo sexo, mas engloba toda a gama da personalidade, maneiras de criação, estereótipos. A autora Braghini (2000) diz que desde a infância, meninos e meninas são designadas a assimilarem os hábitos e os gostos que caracterizam cada gênero, designados pela sociedade, bem como o papel que cada sexo pode ou deve exercer em comunidade. A autora ainda salienta que a “educação diferenciada” ocorre dentro da família, da escola, da religião e ainda é reforçada pelos meios de comunicação, que reproduzem e reforçam estes estereótipos.

Outra autora que também estuda e conceitua gênero é Saffioti (2004). Em uma de suas análises, Saffioti compara os tempos contemporâneos com a Roma Antiga, para dizer que mesmo no século 21, ainda existem famílias chefiadas por homens que pensam ter autoridade sobre a vida de suas parceiras e, ainda mais, pensam ter autoridade sobre a morte delas. A mesma autora coloca a “legítima defesa da honra”, usada antiga e atualmente, como um motivo para que o homem cometa crimes contra sua parceira - no caso afetiva e/ou sexual, caso ela fizesse algo que lhe desagradasse e/ou supostamente abalasse sua dignidade como macho superior, o que se chama de patriarcado. O conceito de patriarcado, conforme Delphy (2009), numa visão feminista, é o que designa uma formação social em que os homens é que detém o poder, ou seja, existe uma dominação masculina com o gênero feminino. Mas esse conceito se dá a partir do fim do século 19. Conforme Delphy, essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda “condição feminina”.

Ainda seguindo a linha de Saffioti, se o “gênero é uma maneira primordial de significar relações de poder”, nem homens nem mulheres podem situar-se fora dele. Conforme a socióloga, está mobilidade pelas distintas matrizes de gênero permite a ressignificação das relações de poder, o que constitui o objetivo prioritário das diferentes vertentes do feminismo. Saffioti diz que:

A perspectiva feminista toma o gênero como categoria histórica, portanto substantiva, e também como categoria analítica, por conseguinte, adjetiva. Não existe um modelo de análise feminista. Rigorosamente, o único consenso existente sobre o conceito de gênero reside no fato de que se trata de uma modelagem social, estatisticamente, mas não necessariamente, referida ao sexo. Vale dizer que o gênero pode ser construído independentemente do

sexo. O consenso, entretanto, termina aí. Há feministas que ainda trabalham com o conceito de sexo/gênero, outras que se apegam às diferenças sexuais para explicar o gênero, resvalando, às vezes, pelo essencialismo biológico, e outras, ainda, que afirmam de tal modo o primado do social que acabam por negar ou, pelo menos, a ignorar o corpo, abraçando o essencialismo social (Saffioti; 2001; p. 129).

O gênero também se constitui ao longo da formação do ser humano. Como afirma Simone de Beauvoir (1980), uma mulher não nasce, torna-se mulher. Para refletirmos, a mulher, desde que nasce tem suas orelhas furadas para colocar brinco e ficar diferente do bebê masculino. O enxoval, em sua maioria, tem a cor rosa como predominante, por que socialmente falando, se instituiu que o rosa é a cor de menina e o azul a cor de menino. Quando a bebê menina começa a crescer, ela ganha brinquedos ditos, socialmente falando de novo, como de menina, como por exemplo: bonecas, minicozinhas com panelas, comidas de plástico, bonecas falantes a chamando de mamãe e exigindo cuidados, acessórios para realizar a limpeza de uma casa como vassoura, pá, rodo, kit de cabeleireira com escovas, secadores de cabelo, acessórios para enfeitar o cabelo. Após crescer um mais um pouco, as maquiagens é que são inseridas no repertório de presentes.

Pode-se ver que, desde bebê, a mulher já é preparada para que cuide dos filhos, cozinhe, limpe, esteja sempre bem maquiada e arrumada para que a paz reine em seu lar, quando o marido chega para jantar. Isso tudo é fruto de uma sociedade dita patriarcal, em que Delphy a conceitua. E mesmo que muitas mulheres, hoje, tenham seus empregos, ao retornar para casa, à noite, a janta, o cuidado com as crianças, a limpeza da casa e das roupas ainda lhes “pertence”, visto que seus parceiros também chegaram do trabalho muito cansados e no dia seguinte o dia deles inicia muito cedo. Conforme Arruda e Lima (2013) afirmam, o cuidado com a educação dos filhos ainda é de responsabilidade da mulher, aparecendo o terceiro turno, como é comumente chamado por diversas mulheres.

Outro conceito de gênero, desenvolvido pelo autor Junges (2014), que podemos abordar nesta pesquisa e que também concorda com os estudos de Braghini e Saffioti é construído a partir de “socializações, práticas, discursos, modos de ser e agir” que são experimentados ao longo da vida, ou seja, não é algo atribuído aos indivíduos no nascimento. Ele também vai de encontro ao pensamento de Beauvoir. Em uma pesquisa do curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, a graduanda Julia Bandeira, junto com a professora Camilla da Costa realizaram um estudo mostrando como o gênero é visto

por adultos que levam as crianças para as sessões de terapia. Todo o processo do artigo foi feito entre 2017 e 2018 e teve como título “Brinquedos e brincadeiras: A influência de pais e familiares na segregação por gênero”. No estudo se buscou investigar as possíveis influências de pais ou familiares na escolha de brinquedos e brincadeiras das crianças sob a perspectiva do Terapeuta Ocupacional. Os dados surpreendem. Em um universo pequeno de 17 adultos participantes, dentre eles 1 avó, 3 pais e 13 mães, apenas uma dessas pessoas conseguiu dar uma resposta coerente com o conceito de gênero usado na pesquisa de Bandeira e Costa (2019): “Gênero é aquilo que diferencia socialmente as pessoas”

Os demais confundiram o conceito de gênero com o de sexo, o que segundo as pesquisadoras, isso é muito comum de acontecer, visto que esses dois conceitos são associados, de forma inadequada, como equivalentes, mesmo que possuam significações distintas conforme afirma Grossi (2000). Em uma rápida conceituação de sexo, cita-se os autores Souza e Mill (2015) e Olinto (1998), onde eles afirmam que sexo é entendido como as características biológicas dos seres e “designa somente a caracterização genética e anátomo-fisiológica dos seres humanos”. Com isso, para essa pesquisa, vamos utilizar o gênero com o conceito de Beauvoir e Junges. Os autores dizem que é o meio que transforma o ser humano em homem ou mulher. É devido sua educação, suas brincadeiras e suas vivências - influenciadas pela educação - que a pessoa se reconhece mulher (deixamos esse gênero pela razão do propósito do trabalho, que fala em feminicídio).

3.3.1. Sobre a Violência de Gênero

A violência de gênero pode ser com crianças, mulheres e adolescentes femininos ou masculinos, conforme afirma Heleieth Saffioti (2001). A autora faz distinção entre quatro tipos de violência: contra a mulher; intrafamiliar; doméstica e de gênero. Segundo ela, a violência contra a mulher se verifica em relacionamentos entre pessoas de sexos opostos, já a violência de gênero, pode ser entre homens, entre mulheres e entre homem e mulher. Porém, neste trabalho, e no “vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra a mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura.” (SAFFIOTI, 2004, p. 71).

A violência intrafamiliar pode ser cometida tanto no âmbito doméstico como fora dele, mas também pode ser caracterizada como violência doméstica. Por sua vez, a violência doméstica, conforme Saffioti, relaciona-se com o território do lar e não

envolve, necessariamente, apenas familiares, mas qualquer pessoa. A violência doméstica e a violência intrafamiliar são os tipos de agressão que as mulheres mais sofrem, uma vez que são inferiores os casos de violência praticados por estranhos contra mulheres (SAFFIOTI, 2004). No entanto, para Saffioti, a violência doméstica, além de ocorrer dentro de casa, acontece no íntimo do vínculo emocional. Para sair dessas relações, tidas como abusivas, onde o companheiro abusa da parceira física, afetiva, financeira, psicológica e sexualmente, muitas mulheres necessitam de meios e suporte externo.

Braghini (2000) também tem divisões em relação a violência doméstica e, como usado aqui, violência de gênero, visto que, normalmente as duas ocorrem, frequentemente, no íntimo do lar, do emocional e contra a mulher. Para ela, o princípio da violência doméstica tem etapas: violência psicológica, agressão verbal, espancamento, desigualdade, submissão, discriminação e a última, e fatal, a morte, chamada na lei, desde 2015, de feminicídio.

Conforme uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e Instituto de Pesquisa Datafolha, em 2019, 27,4% das mulheres pesquisadas disseram ter sofrido violência doméstica. Em 2017, esse número chegou em 28,6%. A pesquisa também aponta questões como pessoas que tenham vistos essas agressões, e os números assustam: 66% em 2017 e 59,1% em 2019. A conta não bate.

4. REFERENCIAL METODOLÓGICO

Esta pesquisa de natureza empírica e abordagem qualitativa utiliza a metodologia da análise de conteúdo para saber a maneira como o Diário produz as notícias de feminicídio.

A análise de conteúdo é entendida, conforme Bardin (2011), por três fases de pesquisa. A primeira é a pré-análise, onde é encontrada a leitura flutuante e também a sistematização de ideias/hipóteses. Já a segunda é a exploração do material, onde se tem a aplicação sistemática das decisões tomadas. A terceira, e última fase, é a inferência e interpretação. Nela é feito o tratamento de resultados.

Para a análise de notícias sobre feminicídio no jornal Diário de Santa Maria, foi realizada uma investigação diária, conforme já dito na introdução, em razão da pandemia. A pesquisadora delimitou o período para o levantamento dos dados necessários para a análise ao dia 16 de março de 2020, data de início do isolamento nas universidades até o dia 15 de maio de 2020, data de publicação do resultado da pesquisa sobre o aumento de homicídios e feminicídios no RS, divulgada pela Secretaria de Segurança Pública do estado. Para a coleta dos materiais, foram utilizados critérios de avaliação que trouxessem a violência da mulher à tona nas matérias.

No período delimitado foram encontradas oito notícias relacionadas com o crime de feminicídio, a violência contra a mulher e a rede de apoio, criada após a pandemia para ajudar mulheres que estão isoladas com seus agressores.

4.1. Do Objeto

O objeto de pesquisa deste trabalho é o tema do feminicídio nas páginas impressas do jornal Diário de Santa Maria.

4.1.1. O Jornal Diário de Santa Maria

O Diário de Santa Maria foi criado em 2002, e incorporado ao grupo RBS de comunicação. Desde então passou a ter circulação diária para a região de Santa Maria. Desde 2004 o veículo detém o primeiro lugar do mercado local e, atualmente, abrange 33 municípios, considerados da região central do estado. O impresso passa nas casas de seus assinantes de segunda à sábado, com edição conjunta de final de semana. Desde fevereiro de 2017, o veículo passou a ser de um grupo de

empresários de Santa Maria e atualmente o jornal não opera mais na sede antiga, localizada na Avenida Maurício Sirotsky Sobrinho, no bairro Patronato, mas sim na Faixa Nova de Camobi, no bairro Camobi. O veículo ainda é chamado de Diário de Santa Maria, mas oficialmente seu “novo” nome passou a ser Diário e, no impresso, simbolizado apenas pela letra D.

Ainda em 2017, com a retrospectiva realizada na data comemorativa dos 15 anos, o jornal recordou o início de sua trajetória a partir da editoria de cultura, em alusão ao apelido que Santa Maria é conhecida: por cidade Cultura.

O Diário de Santa Maria, atualmente, costuma ter 24 páginas durante a semana e 80 aos finais de semana - entre a Revista Mix, os classificados e o jornal (que tem em torno de 44 páginas). Além disso, as cores são um atrativo para as páginas internas. O vermelho é utilizado para símbolos que remetem ao nome do veículo, a cor verde costuma ser usada em editorias que remetem a saúde - durante a temporada de matérias sobre Toxoplasmose, a cor dessa editoria era o verde -, já com os colunistas e articulistas a cor utilizada é o marfim. As páginas de Região têm um tom de rosa. A editoria de Segurança e Polícia costuma levar um tom de vermelho bem escuro ou laranja. A editoria de Geral, assim como a do Esporte tem sua cor: laranja. As editorias de Memória, Cultura e Variedades têm a mistura do verde-água com o roxo. As páginas de Opinião e Comunidade têm a cor vermelha. O Caderno Mix tem a predominância do rosa em suas páginas, alterando a cor das páginas que vão abrigar a reportagem especial do final de semana.

A mancha gráfica do jornal é de 26,3cm X 35cm e contém, nas páginas de notícias jornalísticas - mesmo em sua redundância é importante salientar, visto que o jornal também tem páginas de opinião, artigos, crônicas e outros textos que se encaixam em tamanhos diferentes - 5 colunas. Cada coluna tem 4,8cm de largura. É importante saber disso para poder analisar o espaço físico que a notícia ocupa dentro do jornal impresso. Também é necessário saber como se dá a rotina de produção do jornal Diário.

4.1.2. As rotinas produtivas do jornal Diário de Santa Maria

Durante um ano e sete meses trabalhados no Diário de Santa Maria, a pesquisadora pode vivenciar a rotina de produção do jornal. Os primeiros a chegar na redação são a equipe do digital, por volta das 7h. Por volta desse horário também costumam chegar os assistentes de conteúdo do jornal, eles auxiliam os repórteres

em produção de pauta e, muitas vezes, já realizam o próprio trabalho do jornalista, com supervisão direta do editor (a). Após às 8h ou 9h, chegam alguns plantonistas de editorias para adiantar trabalho e/ou porque a pauta está marcada para de manhã. O horário de maior fluxo na redação é por volta das 13h. Nesse período, chegam editores, jornalistas, diagramadores, estagiários e a redação fica completa.

Os editores costumam fazer reuniões de pauta de segunda à sexta-feira, às 13h30min. As conversas costumam levar em torno de 30 minutos até uma hora, ou mais, quando necessário, tudo depende dos acontecimentos retratados e do que pode virar agendamento dos fatos para o veículo. Eles levam os assuntos, muitas vezes já debatidos com seus repórteres (entrando mais uma vez em cena os critérios de noticiabilidade), para avisar à editora-chefe sobre o que as editorias estão reportando nas páginas do jornal. Além disso, é comum falarem sobre projetos por sair do papel, projetos em andamento e todas as decisões que envolvam as editorias do jornal. Algumas equipes fazem reuniões periódicas para o debate de pautas, obviamente levando em consideração os valores-notícia e temáticas que venham a render agendamento do assunto. É o caso da cultura e variedades (local em que está pesquisadora ficou inserida no tempo em que trabalhou no jornal). Uma ou duas vezes na semana, a equipe parava o que estava fazendo e ia para um local tranquilo. Ideias eram levadas, debates travados e decisões tomadas para as pautas de, no mínimo, um mês. Isso porque as pautas sobre empreendedorismo, turismo, pets, cidadania, obituários, nascimentos, Diário nos Bairros, comunidade conseguiam ser previstos com antecedência, porque eram pautas frias e mais difíceis de virar de um momento para o outro. Se debatia também quem fazia o que, os prazos de entrega, como estava o andamento de tal matéria, se era necessário que algum outro colega desse suporte e também eram dados *feedbacks* para os profissionais.

A editoria de Cultura e Variedades apenas teve sua união oficializada em fevereiro de 2019. Antes disso, já se trabalhava em ilhas conjuntas, os editores se revezavam em escalas e correções de textos. Na falta de um editor, o outro ajudava a outra equipe no que fosse necessário. Mas a parceria parava nas chefias. A necessidade em tornar oficial essa parceria se deu pela saída de colegas jornalistas e o conseqüente desfalque na equipe de cultura. Até então a equipe das variedades não fazia pautas da cultura e vice-versa, após essa união todos passaram a realizar todas as tarefas.

Importante frisar novamente o detalhamento dessa editoria porque foi esse local que a pesquisadora trabalhou por um ano e sete meses, tempo que prestou serviços ao referido jornal. Mas também será falado sobre a rotina produtiva das outras áreas do jornal. Editorias como o esporte e o próprio digital também tinham reuniões de pauta (por reunião, entende-se a saída do espaço de redação para a conversa). Mas as outras editorias como política, região, estado, país, mundo, economia, por serem em menor número de pessoas, faziam suas definições na própria redação. Já as equipes de geral (tida como o coração da redação) e online atuavam conforme as pautas fossem surgindo (coberturas de acidente, homicídios, congestionamentos e todo o dia a dia de uma cidade). Algumas pautas eram previstas, como as coberturas de movimentação e ação da prefeitura, os serviços para a população como o que abre e fecha no feriado, serviço de uma feira, um evento, uma palestra, matérias sobre a Toxoplasmose, por exemplo. A equipe dos fotógrafos tinha sua maior atuação na parte da tarde, logo após a reunião de pauta. Pela manhã um dos profissionais (eram em três) ficava de plantão para alguma pauta agendada ou se acontecesse algo. Na tarde - com o maior número de pautas marcadas -, os três estavam a postos. A medida que o jornal se encaminha para a hora do fechamento - por volta das 20h15min - dois iam embora e outro ficava de plantão, assim como a equipe de motoristas, com sua maior frota de carros pela parte da tarde, hora em que o jornal tem seu pico de produção.

Outro ponto a ser colocado é que a impressão do jornal é realizada em um parque gráfico da região metropolitana de Porto Alegre, junto com o jornal Zero Hora, atualmente unido com a Rádio Gaúcha, tendo seu nome trocado por Gaúcha ZH. Após a impressão de todas as cópias necessárias, a versão impressa é encaminhada para Santa Maria, pelo caminhão de entrega, chegando por volta das 3 horas da manhã na cidade. Seu descarregamento e encaminhamento para a entrega nas casas é feita por uma equipe que chega por volta das 2 horas da manhã na empresa e descarrega e embala jornal por jornal para passar aos entregadores. O processo, às vezes, se estende até às 6 ou 7 horas da manhã - se o caminhão atrasa para chegar em Santa Maria. Durante a madrugada também tem um plantonista, que no início da noite faz entradas ao vivo pelas redes sociais do jornal, inicia a checagem das notícias da madrugada, produz conteúdo e cobre fatos - se precisar ir ao local. E, a partir das 7 horas, a primeira equipe do dia já retorna para seguir o que o plantonista deixou encaminhado durante a madrugada. Mesmo com um ou dois ou

vários profissionais, o jornal não para de funcionar, seja de dia, de noite ou de madrugada, sempre terá alguém realizando algum processo.

Dita a rotina produtiva, também é importante dissertar sobre como é realizada a produção de notícias, referindo-se especificamente ao levantamento de dados para notícias sobre feminicídio. Nessas construções as equipes realizam uma escuta oficial - ou seja, Brigada Militar e Polícia Civil -, em um primeiro momento. Quando os crimes ocorrem à noite/madrugada, quem faz a investigação sobre a 'novidade' é o/a plantonista, que conversa com os órgãos policiais. Durante o dia, a equipe do digital, que é a primeira a chegar na redação, já tenta o contato com a família, fotos e levanta todas as informações possíveis da vítima, entrando aí os critérios de noticiabilidade, diante de um crime hediondo. Ao longo do desenrolar do dia, a notícia no site é atualizada e reescrita para que possa estar no impresso no outro dia.

Quando a informação do feminicídio chega durante o dia, quem toma a frente é a equipe de jornalismo policial. As pautas agendadas são derrubadas para que jornalista e repórter fotográfico saiam às pressas para o local do crime. Mais uma vez os critérios são levados em conta e o agendamento se faz presente. Se é possível ir, já se investiga todos os dados da vítima e inclusive se conversa com a vizinhança. Nos dois casos, o jornal acompanha o desenrolar judicial, quando convém, dos feminicídios, a partir daí, ouvindo só órgãos oficiais.

Mas desde março de 2020, o jornal precisou reinventar a maneira de produzir notícia - não necessariamente o produto final. Isso porque precisou organizar uma nova rotina produtiva diante da pandemia.

4.1.2.1. A rotina do jornal durante a pandemia

Durante a pandemia do COVID-19, se sabe também que foi necessário mudar alguns processos de produção de notícia. Para poder ter acesso a nova rotina do jornal, foi necessário consultar, através de perguntas por e-mail, a editora-chefe do jornal, Carolina Carvalho. Como a tecnologia foi uma grande aliada nesse processo, a editora contribuiu com a pesquisa via aplicativo de conversa WhatsApp, em formato de áudios. Um dos motivos é em razão de estar trabalhando de casa, com o filho recém-nascido, e pelo alto fluxo que o trabalho remoto trouxe na vida dela - como menciona em seus áudios.

Muitos profissionais estão trabalhando de suas casas, entrando ao vivo nas redes sociais do jornal, realizando entrevistas por videoconferência e encaminhando

textos e fotos por e-mail para poder fechar a página do impresso do outro dia. Mas em meio a esse cenário vivido por todos os brasileiros e brasileiras, sabe-se que inúmeros profissionais tiveram que reinventar seus *modus operandi*⁴ para poder cumprir suas jornadas de trabalho.

O veículo de comunicação adotou medidas de segurança e higiene com seus profissionais que estão atuando na linha de frente da cobertura da pandemia, já que a imprensa foi tida como serviço essencial pelo Decreto Executivo do município de número 55, de 19 de março de 2020. O órgão jornalístico deu liberdade aos seus profissionais para que escolhessem onde poderiam atuar com mais segurança, além de sentirem-se mais úteis. Também foi levado em conta os grupos de risco dentro da redação (como os asmáticos, hipertensos, imunodeficientes, fumantes, quem tem familiares morando junto que são do grupo de risco). Foi realizada uma avaliação de risco unida com a iniciativa e vontade do profissional. Além disso, no início do isolamento, quando ainda não haviam sido realizados protocolos de higienização para o transporte coletivo - visto que muitos profissionais da empresa utilizam esse meio de deslocamento - o jornal transportou essas pessoas com o carro particular do veículo. Após os ônibus da cidade passarem pelos protocolos de higienização, os trabalhadores e trabalhadoras da empresa voltaram a utilizar o meio de transporte tomando as medidas sanitárias necessárias para a prevenção. Quem optou por trabalhar de casa, está recebendo suporte total para que possa desempenhar sua função. Seja por aparelhos de telefone, com equipamentos para entradas ao vivo, câmeras, microfones de lapela. Tudo que fizesse com que o jornalista seguisse realizando suas funções, mesmo de casa, da melhor maneira possível. Os jornalistas - e demais profissionais da empresa - que ficaram na redação trabalhando tomaram um distanciamento físico seguro para poder trabalhar, tendo suas ilhas afastadas.

Em relação a organização para realizar o jornalismo de maneira remota, tudo foi decidido em um dia e aplicado no outro. A comunicação interna das equipes seguiu sendo feita através de grupos de WhatsApp - mais alguns foram criados para pautas específicas sobre Coronavírus -, as reuniões de pauta seguem diárias, mas de maneira online com as equipes da redação e as que estão em casa (via Skype, WhatsApp e as outras plataformas existentes para reuniões online). Além disso, medidas como o uso do álcool em gel no volante dos carros do Diário, utilização de

⁴ *Modus operandi* é uma expressão em latim, que em tradução literal, significa modo de operação.

máscara dentro da empresa, dentro dos carros e nos locais que os profissionais precisassem se deslocar e a higienização dos equipamentos e dos profissionais que foram para as ruas tornou-se obrigatório, adotando assim, as recomendações que os profissionais da área de saúde - principalmente infectologistas - passaram ao jornal e para os profissionais.

A manipulação dos jornais no parque gráfico de Porto Alegre é realizada por profissionais que utilizam máscaras, luvas e álcool em gel, assim como os entregadores que utilizam os mesmos meios de segurança para o manejo dos jornais. Todas essas situações e medidas foram feitas por orientações dos profissionais de saúde de Santa Maria que realizaram essa consultoria a empresa jornalística.

Lives como o programa Direto da Redação estão sendo feitas ou no jornal, com os jornalistas que estão trabalhando de lá, ou direto do Home Office, com os profissionais que estão em casa. Além disso, entrevistas estão sendo feitas via online. Nenhuma fonte e/ou entrevistado está indo no Diário para a proteção dela mesma e dos jornalistas que estão trabalhando lá. As reuniões de equipe estão sendo realizadas em espaços amplos e arejados para que as pessoas fiquem distantes umas das outras. A proteção, o distanciamento e a utilização dos itens de segurança viraram rotina na vida dos milhares de jornalistas do Brasil, que agora está como epicentro do vírus.

4.2. Análise do Corpus

As matérias, como já mencionado na introdução deste trabalho, foram encontradas em uma pesquisa diária do dia 16 de março de 2020 até 15 de maio de 2020 pelo sistema de Flip - disponível para assinantes do jornal que podem ter as páginas do impresso em versão online, através de PDFs.

Durante este período de mapeamento do material que constitui o corpus deste trabalho foram encontrados oito conteúdos relacionados com a violência contra a mulher (textos jornalísticos e artigos de opinião). Tal mapeamento evidenciou que apenas duas notícias falam efetivamente sobre o crime de feminicídio, enquanto outras quatro dão conta de artigos de opinião escritas por leitores e/ou por colunistas colaboradores do veículo e as duas notícias restantes tem como assuntos o reforço do policiamento para a Lei Maria da Penha e uma pesquisa publicada pela Secretaria de Segurança Pública comparando o aumento de casos de feminicídio dos meses de

abril de 2019 e 2020, dentro dessa mesma matéria existe o comparativo com os crimes de homicídio e de latrocínio - roubo seguido de morte.

As matérias selecionadas são as seguintes:

(a) a primeira é um artigo na editoria de Opinião, na página 2, do dia 23 de março, a respeito da rede de apoio à mulher, abordando o Projeto 50-50, com o título “Campanha Santa Maria 50-50 e a Covid-19”. O texto ocupa duas colunas no jornal e tem como elementos gráficos: olho, fio, chapéu e foto de apresentação da escritora (foto 1).

Matéria (a)

Campanha Santa Maria 50 – 50 e a Covid-19

A Campanha Vidas de Mulheres importam - Santa Maria 50 – 50: uma campanha por igualdade é uma iniciativa do Juizado de Violência Doméstica de Santa Maria e realização do Fórum de Enfrentamento à Violência de Mulheres de Santa Maria. Esta campanha se inspira e se soma ao “Planeta 50 – 50”, estratégia da ONU Mulheres para impulsionar a Agenda 2030 em seu quinto objetivo: “igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e de meninas”.

Iniciamos nossa mobilização ainda em dezembro de 2019, prolongando-se durante janeiro e fevereiro deste ano, mediante reuniões com a equipe organizadora, bem como incontáveis contatos telefônicos e encontros com instituições públicas e privadas do município. Nessas ocasiões, além de buscar apoio, divulgamos a campanha que tem como objetivos promover reflexões e conscientização sobre a necessidade de repensar nossa cultura arraigada no machismo, assim como para sensibilizar e comprometer gestores e gestoras na construção de agendas que incluam políticas públicas orientadas pela perspectiva de gênero.

Ficamos profundamente sensibilizados com a acolhida da proposta pela comunidade de Santa Maria. Recebemos apoios e patrocínios que nos permitiram persistir no firme propósito de implementar oficialmente a campanha a partir do dia 21 de março até dezembro do presente ano. Nessa trajetória, no entanto, ocorreu o agravamento e a disseminação do novo coronavírus em vários países, obrigando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar pandemia.

Esse novo cenário mundial no qual o

Brasil está incluído, convoca-nos a contribuir para a diminuição da circulação do vírus em todos os cantos do país; estratégia usada para achatamento da curva de crescimento da doença. Com essa e outras recomendações da OMS e do Ministério da Saúde espera-se não sobrecarregar o sistema de saúde brasileiro, qualificando a assistência e diminuindo o número de óbitos.

Assim, as ações de caráter coletivo da campanha estão adiadas por tempo indeterminado. Tão logo essa situação seja superada, retomaremos nossas atividades de campo programadas. A campanha segue, na medida do possível, nas mídias

A gravidade da situação nos obriga a mudar comportamentos que priorizem a prevenção

sociais, na imprensa escrita e em atividades cuja abordagem não contemple aglomerado de pessoas.

Entendemos que nosso olhar e nossos cuidados devem ser direcionados agora para a totalidade da população. Não podemos esquecer, no entanto, que as mulheres estão na linha de frente dos cuidados de crianças, de idosos, de familiares doentes, situação que as deixam mais vulneráveis em situações de pandemia. Da mesma forma, trabalhadoras domésticas podem ser afetadas pela falta de equipamentos de proteção, facilitando a contaminação com roupas e superfícies.

Enfim, a gravidade da situação nos obriga a mudar comportamentos que priorizem a prevenção de contaminação pelo novo coronavírus. Compromisso, responsabilidade e solidariedade, dentre outras posturas, devem guiar nossas ações até que, juntas, possamos vencer essa situação. Queremos não só uma Santa Maria 50 – 50, queremos uma Santa Maria cuidadosa, solidária, comprometida e saudável.



MARIA CELESTE LANDERDAHL
Professora aposentada da UFSM, representante do Juizado de Violência Doméstica e coordenadora da campanha



Envie artigos de até 2.600 caracteres (com espaços) para o e-mail leitor@diarioam.com.br contendo nome completo, RG, profissão, telefone de contato e uma foto sua. Os textos são selecionados e podem ser resumidos de acordo com o espaço. A opinião manifestada neste espaço não expressa necessariamente a opinião do jornal.

(b) A segunda notícia encontrada é de um feminicídio que aconteceu no dia 24 de março e está na editoria de Geral/Polícia, na página 19, ocupando o espaço de três colunas. O título é “Jovem de 26 anos é vítima de feminicídio”, e os elementos gráficos presentes são: olho, fio e chapéu (foto2).

Matéria (b)

Geral / Polícia

(55) 3253-7116 **D**

REGIÃO LESTE

Jovem de 26 anos é vítima de feminicídio

Santa Maria registrou, na madrugada de ontem, o primeiro feminicídio do ano. Andressa de Borba Aguiar, 26 anos, foi assassinada pelo irmão na Rua Nérvio de Oliveira, local conhecido como Beco do Beijo, no Bairro Carniô, região leste da cidade. O caso é tratado como feminicídio porque é resultado de uma violência doméstica.

De acordo com a delegada Elizabeth Simonetara, titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) e responsável pela investigação, o jovem foi assassinado após uma

discussão com o irmão, de 36 anos. O irmão também foi baleado e está internado sob custódia da Brigada Militar no Hospital Universitário (Huser).

— Ainda não conseguimos ouvir ele por causa do estado de saúde e nem vamos fazer isso no hospital, por causa do coronavírus. Ele foi autuado em flagrante pelo crime e, quando tiver alta, vai para o presídio. Só então, conseguimos coletar o depoimento dele — afirma a delegada.

Ainda segundo Elizabeth, não se sabe o que motivou a discussão nem quem disparou primeiro. Testemunhas informa-

ram que os dois estavam na residência quando ao iniciar uma discussão, por volta de 4h30min, a vítima efetuou dois disparos de arma de fogo contra o irmão, que teria pego o revólver e disparado dois tiros contra Andressa.

Conforme perícia preliminar, Andressa foi atingida por três disparos no peito e nos braços esquerdo e direito. O homem levou dois tiros, um no abdômen e outro nas costas.

Esses foi o 15º assassinato registrado neste ano em Santa Maria. Andressa será sepultada hoje, no Cemitério de São Marcos, distrito de Arroio Grande. Até o fechamento desta edição, o horário do sepultamento não havia sido divulgado pela família. (Colaboração Juliana Wille)

Crime aconteceu na madrugada de ontem após uma suposta discussão entre dois irmãos

EDIÇÃO IMPRESSA

Em função da quarentena, Diário vai chegar até as 10h para assinantes

CALL CENTER: Equipes foram reduzidas em função do coronavírus

Nesse período de combate à propagação do Coronavírus, as entregas do Diário vão atrasar, todos os dias, e devem ser realizadas até as 10h. Isso vai acontecer devido à redução do efetivo, já que estamos atuando com metade dos colaboradores que realizam a entrega. Além disso, o caminhão que transporta o jornal até Santa Maria está chegando com algumas horas de atraso da gráfica onde o Diário é impresso, em Porto Alegre. Assim que o cenário normalizar, as entregas voltam ao normal.

A equipe do Call Center do Diário está em quarentena, em casa, e não poderá atender aos assinantes. Por isso, em caso de não recebimento do jornal até as 10h, o leitor deve enviar

mensagens via WhatsApp para os telefones (55) 99130-5223 ou 99130-7304.

— O Diário está preocupado com o bem-estar dos colaboradores e, por isso, nossa equipe de Call Center não está atuando nesse momento. Mesmo assim, estamos atentos em atender aos leitores e assinantes. Assim, estamos disponibilizando esses canais via WhatsApp para solucionar eventuais contratempos da melhor forma possível — garante Aline Diniz, coordenadora do Call Center Aline Diniz.

Caso os leitores e assinantes tenham dúvidas referentes a outros assuntos, as informações também podem ser solicitadas via mensagens por WhatsApp para o telefone (55) 99130-3487.

Em menos de 24 horas, 27 denúncias são verificadas

Entre o manhã e a tarde de ontem, 18 denúncias de aglomerações de pessoas em espaços públicos e privados, venda de álcool em gel falsificado e de trabalhadores da área de saúde sem Equipamento de Proteção Individual (EPI) foram verificadas por equipes da prefeitura de Santa Maria. Entre a noite de domingo e a madrugada de ontem, outras nove denúncias também foram atendidas.

As forças-tarefa foram formadas pela Guarda Municipal, pela Vigilância em Saúde e pela Superintendência de Fiscalização. Elas buscam garantir a proteção da comunidade devido à pandemia de coronavírus.

Um decreto reforçou as restrições para o funcionamento de estabelecimentos comerciais. Com isso, mais de 20 de visitantes de órgãos de segurança estão nas ruas para orientar e conscientizar a população quanto à necessidade de permanecer em casa e só sair para o estritamente necessário. Esses veículos estão equipados com aparelhos de som.

Na noite de domingo, as aglomerações foram identificadas pelos agentes da Guarda Municipal em um bar na Rua Oliveira Mesquita, no Bair-

DELEGACIONES: Equipes da prefeitura realizam fiscalização para cumprimento de decreto que proíbe aglomeração de pessoas

no Salgado Filho, na Praça Salfin Farret, no Bairro Noroeste, em um bar na Rua Inatã, no Centro, em frente a um residencial, na Rua Venâncio Aires, no Bairro Passo D'Água; em uma lancheria na Rua José Sartori, no Bairro Joséolino Kubitschek; em duas igrejas, localizadas na Rua Serafim Valandino, no Centro, e na Rua Arguilla, no Bairro Prado; em uma cancha de bocha na Rua Inspector Goulart, no Bairro

Divina Providência; e em uma residência na Rua Duque de Caxias, no Centro, onde estava sendo feito um churrasco.

A reunião de pessoas é apontada pelo Poder Público como uma das principais formas de disseminação do coronavírus, razão pela qual os órgãos de segurança intensificaram as ações de orientação para que as pessoas fiquem em casa.

Denúncias podem ser feitas pelos números 153 e (55) 99217-8122 (só WhatsApp). (Com informações de prefeitura de Santa Maria)

Ações atendem restrições determinadas em decretos. Orientação é ficar em casa

PARAÍSO DO SUL

Idoso está desaparecido na região

Um idoso, de 67 anos, está desaparecido em Paraíso do Sul. Alcio Balk foi visto pela última vez por volta das 13h de domingo, na localidade de Lialda da Ponte, onde mora com família, no interior do município.

Ontem, uma equipe do Corpo

de Bombeiros de Santa Cruz do Sul auxiliou os trabalhos dos bombeiros voluntários do município. A ação conta com o trabalho de três fuzileiros.

Segundo os bombeiros voluntários, o idoso disse que iria arrombar a cerca de sua propriedade.

Rápidas

Discussão — Durante a tarde de ontem, a Brigada Militar (BM), foi acionada para auxiliar uma moradora de um prédio localizado na Rua Venâncio Aires, no Bairro Beirão, em Santa Maria, a realizar uma mudança. Segundo ela, vizinhos proibiram que os móveis chegassem em até o apartamento. Indignado com a situação, ela chamou a polícia, que observou a situação e garantiu que a mudança ocorresse sem maiores problemas.

Incêndio — Um depósito foi atingido por um incêndio no final da tarde de ontem, em Restinga Séca. O caso aconteceu no Bairro Bela Vista. Segundo o Corpo de Bombeiros, o local era usado como depósito de entulhos. Esse é o segundo incêndio registrado no mesmo bairro em dois dias seguidos.

DIÁRIO DE SANTA MARIA

TERÇA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2020 19

(c) A terceira notícia encontrada é o desenrolar do feminicídio da segunda notícia e está na página 18, ocupando três colunas e foi publicada no dia 3 de abril, na editoria de COVID, com o título “Homem é indiciado por feminicídio contra irmã em Santa Maria”, nesta nota os elementos são chapéu e fio (foto3).

Matéria (c)



Coronavirus

(51) 3213-7119 **D**

TUPANCIRETÁ

Morre o ex-prefeito Miguel Cardoso

Foi sepultado, na manhã de ontem, no Cemitério Municipal de Tupanciretá, o corpo do ex-prefeito do município, Miguel Chiappetta Cardoso, que faleceu na noite da última quarta-feira. Cardoso foi eleito por cinco vezes prefeito do município. Ele estava internado no Hospital de Caridade de Santa Maria desde o último domingo. O atual prefeito de Tupanciretá, Carlos Augusto Bruni de Souza, decretou luto oficial de três dias, em sinal de pesar e respeito pela morte de Miguel. Miguel deixa os dois filhos e quatro netos entediados.



RESPECTIVA Político deixa dois filhos e quatro netos entediados

TRÊS FOCOS

Estiagem causa fogo em vegetação no município





CAMOBI Área verde do bairro foi uma das atingidas na tarde de ontem

Santa Maria registrou, pelo menos, três incêndios em vegetações na tarde de ontem. Conforme o Corpo de Bombeiros, os dois foram causados devido ao tempo seco na cidade, comum desde o começo do verão. O primeiro incêndio aconteceu na Estrada dos Imigrantes - ERS-804 - que leva ao distrito de Palma. O fogo começou por volta de 16h, 264 por volta de 18h30min, um caminhão dos bombeiros ainda combatia as chamas. No mesmo horário, outro incêndio em vegetação também era combatido pelo Corpo de Bombeiros na Rua Casermeiro de Abreu, no Bairro Chácara das Flores. O fogo começou por volta de 17h30min. Além desses dois, um terceiro incêndio atingiu um campo na Rua Antônio Gonçalves do Amaral, próximo do mercado Atacadista, entre as faixas Velha e Nova de Camobi. Como as vítimas dos bombeiros estavam atuando em outros pontos, esse caso

demorou mais para ser atendido. A estiagem é a responsável pela alta incidência de incêndios em vegetação. Além do prejuízo no nível de rios e barragem da região. Em 2019, focos de incêndio em vegetação quase dobraram na cidade em relação ao ano anterior. (Colaborou Leonardo Catto)

Rápidas

O Cruz Alta - Foi sepultado, na manhã de ontem, o corpo do Marão do I unidos dos Santos Batista, 41 anos. Foi morto a facadas na noite de quarta-feira, em Cruz Alta. O ato ocorreu por volta das 20h, no Centro. Segundo o Pirgato Militar (PM), o suspeito é um familiar da mulher, que estava cumprindo prisão domiciliar desde o dia 19 de março. Ele não estava mais no local no momento em que os policiais chegaram. A RM informa que a vítima já tinha registrado ocorrência de ameaça contra o suspeito.

PUBLICIDADE LEGAL

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO DA SERRA
EDITAL DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO Nº 004/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 416/2020
O Prefeito Municipal de São Martinho da Serra torna público que RATERICA e
EMPRESA DE LICITAÇÃO Nº 004/2020, nas condições seguintes:
CONTRATADA: GEE AMBIENTAL SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA-ME
OBJETO: Prestação de serviço mensal de manutenção e segurança ambiental a
de classe para o Centro Administrativo Municipal através da sistema de execução.
VALOR: CONTRATADO R\$ 35.500,00 durante 09 meses. FUNDAMENTO
LICITADA: Art. 24, inciso III, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações publicadas no Site
Município de Serra, 01 de Abril de 2020 Gilson de Almeida Prefeito Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO DA SERRA
EDITAL Nº 20/2020
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020
CONTRATAÇÃO POR PRAZO INTERMEDIÁRIO
PROLONGAÇÃO PRAZO DAS INDICAÇÕES
OBJETO: Realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação por
prazo determinado para a função de Médico Clínico Geral. Período das indicações:
18/03 a 19/04/2020. PONTUAÇÃO: Centro Administrativo do Município
Municipal, localizada na Av. 24 de Junho, 653, sala 101, fone: 35.8777-1101/1166 no
avaliar de perfil. São Martinho da Serra/RS, 02 de abril de 2020. GILSON DE
ALMEIDA, Prefeito Municipal.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO ELEITORAL

A Comissão organizadora do Processo Eleitoral do Município de Santa Maria, em cumprimento do disposto no art. 94 do Estatuto do Eleitorado, considerando os motivos técnicos de caráter de urgência em razão de pandemia e decorrente das medidas adotadas pelo poder executivo municipal para a suspensão do processo eleitoral, em conformidade com o art. 10, inciso III, do art. 24 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações publicadas no Site do Município de Serra, 03 de Abril de 2020.

Santa Maria, 03 de Abril de 2020.

João Vaz Fritsch
 Presidente do Conselho Eleitoral

Cláudia Tábora Freitas
 Secretária

ACERTO DE CONTAS

Polícia investiga incêndio em casas e veículo no Bairro Km 3

Um incêndio também atingiu duas casas e um veículo na Rua Luis Castagna, no Bairro Km 3, em Santa Maria, na noite de quarta-feira. Conforme informações do Corpo de Bombeiros, as chamas se iniciaram por volta de 22h30min. Ninguém ficou ferido. A Brigada Militar (BM) esteve no local para auxiliar na ocorrência. Conforme informações dos bombeiros e da BM, o incêndio teria sido criminoso em razão de um acerto de contas entre algumas pessoas. A Polícia Civil irá investigar o caso por meio da 1ª Delegacia de Polícia (DP). O delegado Carlos Alberto Gonçalves, titular da DP, explica que a investigação ainda precisa comprovar que o incêndio foi causado por uma pessoa e foi criminoso. As duas casas eram afetadas uma da outra, e o veículo estava estacionado na rua. Os três locais tiveram queima total.



REGIÃO NOROESTE Bombeiros e BM atenderam a ocorrência

REGIÃO LESTE

Homem é indiciado por feminicídio contra irmã em Santa Maria

Um homem, de 36 anos, foi indiciado por feminicídio contra a irmã, em Santa Maria, Andressa de Borja Agnes, 26 anos, foi assassinada no dia 23 de março na Rua Nécio de Oliveira, local conhecido como Beco do Beijo, no Bairro Camobi, região leste da cidade. Segundo a delegada Elizabete

Shimomura, titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) e responsável pela investigação, o homem chegou a ser autuado em flagrante, mas, como estava ferido, foi encaminhado ao Hospital Universitário de Santa Maria (Hsam). Ele ficou algumas horas sob custódia da polícia, mas, conforme

conta Elizabete, no mesmo dia, a Justiça já havia determinado a soltura dele. Na última sexta-feira, ele recebeu alta do hospital e está solto. O homem foi indiciado por feminicídio porque o assassinato é resultado de uma violência doméstica. (Colaborou Janaina Wille)

DIÁRIO DE SANTA MARIA SEXTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2020 **18**

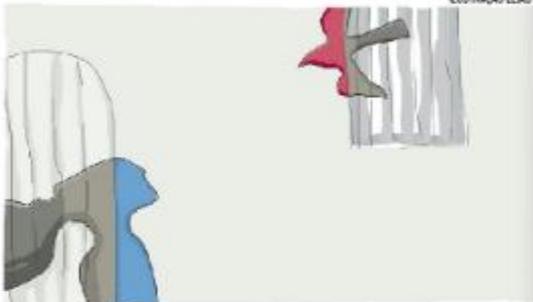
(d) o quarto artigo é sobre o relacionamento abusivo, com o título “Relacionamento abusivo”, ocupando duas colunas da página 4, da editoria de Opinião e foi publicada no dia 29 de abril com elementos gráficos como ilustração, chapéu, fio e olho; (foto 4)

Matéria (d)

Leia mais artigos(as) em: diarion.com.br/colunistas/colunistas-do-impreso

ANNY GUNDEL DESCONZI
Procuradora do Município

Relacionamentos abusivos



No momento atual, além da divulgação de campanhas de estímulo ao distanciamento social, para combater ao coronavírus, outra campanha vem ganhando destaque na mídia que é a “Quarentena sem violência”, uma vez que o isolamento pode tornar o espaço doméstico muito perigoso, contribuindo para que os relacionamentos abusivos sejam potencializados e casos socializados.

Segundo os registros da ONU e do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, nesse período de quarentena houve agravamento da violência doméstica contra a mulher e abuso infantil, com um aumento de 17% no registro de denúncias. Infelizmente, o distanciamento acaba por contribuir com o abuso, pois, o principal remédio para identificar ou combater-se é o convívio social. Tal convívio não apenas oportuniza a busca de socorro, como possibilita a identificação, por terceiros, da violência, principalmente quando se trata de crianças.

A interação com outras pessoas também auxilia o abusado na identificação do tipo de violência, até porque o abuso pode passar bem longe da agressão física, por isso não ser identificado. O abuso pode existir em qualquer relacionamento e muitas vezes estar camuflado numa atitude de ciúmes, superproteção, chantagem emocional ou fragilidade que, por não serem violentas, podem não parecer danosas.

As campanhas contra a violência buscam não apenas incentivar o compartilhamento das relações abusivas, como disponibilizando profissionais capacitados para auxiliarem na identificação e superação daquelas, mostrando que qualquer relacionamento que atente a liberdade do outro ou que crie uma relação de dependência, pode ser potencialmente abusivo. De regra, o abusador aproveita o medo, a responsabilidade, a culpa ou o receio para forçar o outro a ceder a sua vontade. Trata-se de uma relação de poder que as campanhas contra a violência, apesar do isolamento, buscam ajudar a romper e superar, mostrando que qualquer relacionamento que pretenda controlar, aprisionar ou modificar o outro, sempre será nocivo.

Muito apropriado para reflexos daqueles que de alguma forma se encontram numa relação tóxica, abusador ou o abusado, é a história de Rubem Alves, de uma menina e um pássaro encantado que se apaixonaram. O pássaro voava para longe e voltava sempre, contando histórias de onde passou. Sentindo com as constantes paradas do amado, a menina resolveu prendê-lo. Engaiolada, o pássaro mudou. Perdeu as cores nas asas; ficou sem canto. A menina também se entristeceu e acabou por abrir a gaiola. O pássaro agradeceu e partiu, e ela passou a ver o mundo como um lugar encantado. Começou a se enterrar e a se fazer bela, sempre à espera de um reencontro.

A moral dessa história é sabedoria imprescindível aos amantes, apaixonados, casados e namorados; aos pais e aos filhos, aos avós, netos, amigos, parentes e empregados. Afinal, ela ilustra uma verdade defendida pelo escritor Rubem Alves: “Não há amor que resista à perda da liberdade. Se não houver liberdade, não existe possibilidade que o amor dure.”

Indicador: não exposta necessariamente a opinião do jornal

QUARTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2020

(e) A quinta notícia demanda a respeito do reforço de policiamento para a Lei Maria da Penha, com o título “BM reforça combate à violência contra mulher”, na editoria de Geral/Polícia, na página 17, ocupando três colunas e publicada no dia 30 de abril, com elementos gráficos: fio, chapéu, foto, texto-legendado e intertítulo (foto 5).

Matéria (e)

Geral / Polícia

VIOLÊNCIA

Jovem é morto a tiros no Bairro Passo D'Areia

Um jovem de 20 anos foi morto a tiros na manhã de ontem em Santa Maria. Segundo boletim de ocorrência policial, Leandro de Oliveira Lara foi atingido por disparos ao abandonar o veículo, por volta das 10h, em um galpão de reciclagem próximo da Avenida Borges de Medeiros, no Bairro Passo D'Areia.

Testemunhas teriam apontado um possível suspeito.

Cronograma do delegado Gabriel Zanella, titular da Delegacia de Polícia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPH/P), a polícia está investigando o caso.

A vítima estava com cerca de quatro disparos. Autópsia e investigação estão sendo investigadas. Já um apêndice de exame serológico - cultura e detração.



PRÉCIO

Criminosos presos por aplicar golpe do bilhete e levar R\$ 100 mil de idosa

Dois mandados de busca e apreensão foram expedidos pela Polícia Civil de Santa Maria na manhã desta quarta-feira em Passo Fundo. Confronto a polícia, a operação prendeu em veículos em um crime de estelionato ocorrido em Santa Maria no dia 16 de março. Na ocasião uma idosa de 70 anos foi vítima do chamado "golpe do bilhete", em que perdeu R\$ 100 mil.

Além das duas práticas, foram apreendidos diversos cartões, mídias e dois celulares, um Renault Onix e um Volkswagen T-Cross. O Onix foi usado no golpe junto com outro veículo, um Megane, apreendido com outros três envolvidos no crime, na semana passada, em Santa Maria.

A investigação ainda está em curso, sob o comando da delegada Débora Dias. Nesta quarta-feira, quatro pessoas prestaram depoimento.

SANTA MARIA

Dois homens ficam feridos após briga

Uma briga na região central de Santa Maria terminou com dois jovens, de 21 e 24 anos, feridos na madrugada de ontem. Eles foram atingidos por golpes de faca e disparos de arma de fogo. O caso aconteceu próximo à Praça Saraceni de Horta.

Conforme a Brigada Militar (BM), policiais militares foram chamados por volta das 11h. Nesse momento, os dois jovens já estavam atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Eles ficaram com perfurações que estendem no Braço Tróspico de Caxias, na altura da praça, quando uma briga começou. Não se sabe quantas pessoas estavam envolvidas.

Uma agremiação pelo Barão Bonato em direção à Praça dos Heróicos, mas foram perseguidos por dois carros. Segundo o que eles chamaram a BM, os ocupantes dos veículos dispararam contra eles. A briga terminou próximo a Saraceni de Horta, onde foi novamente alvo de disparos. Depois, eles foram agredidos com pedras de fogo.

O jovem de 21 anos teve um ferimento causado por uma facada na perna e foi atingido por um tiro no braço. O outro teve fogo ferido na cabeça devido aos golpes de faca, e um tiro a critério de espingarda na perna.

Os feridos foram encaminhados à Unidade de Pronto Atendimento (UPA), mas já estavam em estado estável. A agremiação foi detida em posse. (Colaboração Leonardo Gallo)

LEI MARIA DA PENHA

BM reforça combate à violência contra mulher

FÁBULA RUBIN MATEO VICTORIA DEBOTTU

A Polícia Militar de Passo da Brigada Militar realiza, em todo o Estado, a Operação Jheremy Mesquita. O objetivo é visitar as vítimas de violência doméstica que têm medidas protetivas, bem como fortalecer a fiscalização e o cumprimento das medidas pelos agressores contrariando para o desrespeitamento pessoal das medidas.

Em Santa Maria, pelo menos 10 locais devem ser visitados ao longo do dia. A operação será coordenada pelo comandante do 1º Regimento de Polícia Montada (1º RP/Mo), capitão Paulo Ricardo Dino Rogério.

A patrulha não mente somente a ocorrência, mas também após o delito, fiscalizando o cumprimento da medida protetiva e acompanhando as medidas que foram tomadas. Também alerta a denúncia e divulga na mídia local, no número (55) 3214-2884 - salienta Aulnessa.

SANTIAGO

O combate à violência contra a mulher também ganhou um reforço em Santiago. Desde o início deste mês, a cidade passou a contar com a Patrulha Maria da Penha. Segundo o comandante do

SANTIAGO Santiago passa a contar com uma patrulha policial especializada

1º Regimento de Polícia Montada (1º RP/Mo), major Né Jesus da Costa, pelo menos dois policiais militares devem atuar em cada ocorrência - um deles precisa ter o curso de qualificação para o programa e ser de sexo feminino.

No programa, além de atuar após no primeiro chamado a denúncia que as policiais realizam um acompanhamento com a vítima durante todo o período em que as medidas protetivas estão vigentes. Durante visitas nas residências os locais indicados pelas mulheres.

- É importante porque mostra o engajamento da Brigada Militar nessa rede de proteção. Não temos uma atuação convencional, realizando o acompanhamento a vítimas assim que o Judiciário define as medidas protetivas - explica o major.

O projeto Patrulha Maria da Penha foi implementado no Rio Grande do Sul em 2012 e já reúne mais de 1 mil policiais por desdobramento de medidas protetivas. Neste mês, outros 37 municípios ganharam força com a implantação do programa, totalizando 64 cidades atendidas.

COMO PEDIR AJUDA

As denúncias podem ser feitas pelo telefone 190, da BM, pelo Disque 180 e também pela Rede Ligar, no 0800-541-0815.

Rápidas

Incêndio - Uma casa de madeira ficou completamente destruída durante um incêndio. O caso aconteceu na última terça-feira, na Rua Est. B de Junho, Via Progresso, Bairro Centro. Os bombeiros foram acionados, mas quando chegaram os chamas, o imóvel já se incendiou e já estavam destruídos. O monitor do caso chegou a retirar um incêndio que ameaça que arrebata para ser iniciado no fogo. Ninguém ficou ferido.

Obra de perimetral - Representantes do Setor técnico de Perimetração e Regulação Urbana apresentaram, ontem, o projeto de Perimetral (Avenida Raimundo). A obra vai ligar o BR-307 à Avenida do Povo. O projeto está a cargo de empresa Enco, de Porto Alegre, no valor de R\$ 1.307.574,22. As próximas etapas são a análise dos projetos executivos e a licitação das obras de obra rural e urbana para fazer as desapropriações. A obra será feita em quatro lotes.

Projeto - O Colégio Técnico Industrial do UFSM (CTI) está trabalhando com um grupo de voluntários, está procurando responsáveis do tipo "hard hat" (que não necessitam do uso das máscaras para ar). Eles têm como destino o Hospital Universitário de Santa Maria (HUM) e já foram instalados em algumas partes do Pronto Socorro, Unidade Central e no Centro Cirúrgico.

DIÁRIO DE SANTA MARIA

QUARTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 2020 **17**

(f) o sexto artigo saiu no final de semana dos dias 2 e 3 de maio, na página 2, da editoria de Opinião, ocupando duas colunas e faz referência ao Disque Covid criado para atender mulheres em situação de violência doméstica, com o título “Disque Covid - Acolhe Mulher”, os elementos gráficos são: fotos de apresentação das escritoras, chapéu, frio e olho; (foto 6).

Matéria (f)

Opinião

Fale com o Diário: leitor@diariosm.com.br

 facebook.com/diariodesantamaria

 (55) 991362472

 @diariosm

 @diariosm



Disque Covid UFSM – Acolhe Mulheres

A interrupção de “Vidas de Mulheres importam – Santa Maria 50-50: uma campanha por igualdade”, ainda em seu início, no mês de março, tem preocupado a equipe que vinha se dedicando à sua realização, considerando o intento de alinhar Santa Maria à agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Lembramos que essa iniciativa do Juizado de Violência Doméstica de Santa Maria e realização do Fórum de Enfrentamento à Violência de Mulheres de Santa Maria se inspira e se soma ao “Planeta 50-50”, especialmente no seu quinto objetivo: “Igualdade de gênero e empoderamento de mulheres e de meninas”.

Durante esta pausa, a pandemia pelo novo coronavírus tem sido o foco primordial de atenção e cuidados de milhares de pessoas, repercutindo fortemente nos meios de comunicação. De fato, a situação de risco de milhares de seres humanos no mundo inteiro dificulta abordar outros temas que não seja a Covid-19. Entendemos que nosso olhar e nossos cuidados devem ser direcionados agora para a totalidade da população, tendo em

vista o enorme número de mortes que vem causando, assim como à garantia das necessidades básicas de muitas pessoas.

No entanto, o distanciamento social recomendado pela Organização Mundial de Saúde vem aumentando o isolamento de mulheres que convivem com parceiros violentos, e a violência dentro de casa. A coexistência forçada, o estresse econômico, a insegurança e medo com a contaminação do novo coronavírus podem ser fatores potencializadores desse contexto.

A ONU Mulheres alerta para essa realidade vivida em inúmeros países como Argentina, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, demandando abrigos de emergência e redes de apoio. No Brasil, dados do Ministério Público de São Paulo revelam o aumento de 30% da violência contra mulheres em São Paulo. Da mesma forma, o Rio de Janeiro aumentou em 50% esse tipo de violên-

O distanciamento social vem aumentando a violência dentro de casa contra as mulheres

cia. Santa Maria, embora não acuse aumento de denúncias, até o momento, nos impulsiona a ofertar um canal que possibilite acolher mulheres que se encontram em isolamento, com dificuldade de acesso a serviços públicos como saúde mental, polícia, justiça e serviço social. Situação essa que pode preservar a impunidade de agressores.

É nesse contexto que estamos criando o “Disque Covid UFSM – Acolhe Mulheres”, vinculado ao Observatório de Direitos Humanos (Pró-Reitoria de Extensão/UFSM), com objetivo de disponibilizar, temporariamente, uma linha telefônica de acolhimento, escuta e orientação a mulheres em situação de violência. O serviço está sendo coordenado por profissionais voluntárias do Fórum de Enfrentamento à Violência contra Mulheres de Santa Maria e residentes, da Residência Multiprofissional em Saúde da UFSM. Consiste em uma das ações da Campanha Santa Maria 50-50. A equipe técnica conta com enfermeiras,

assistentes sociais e advogadas que elaboraram o Guia de Atendimento Disque Covid UFSM – Acolhe Mulheres visando padronizar as condutas de atendimento telefônico.

O atendimento será realizado a partir do dia 5 de maio, todos os dias, inclusive sábados e domingos, das 8h às 12h e das 18h às 22h. O serviço tem caráter emergencial e funcionará durante o período de isolamento social pelo Covid-19, inicialmente, nos meses de maio a junho pelos telefones (55) 3220-2020 ou 99974-1090. Conforme a demanda e o número de profissionais disponíveis, poderemos ampliar os horários. Da mesma forma, poderemos avaliar a necessidade de continuidade do serviço.

Em contextos como o que estamos vivendo atualmente, percebe-se a importância da existência de um Centro de Referência e Atendimento a Mulheres em Situação de Violência no município de Santa Maria, uma vez que seria de sua competência oferecer serviços dessa natureza. Demanda urgente, lembramos aqui, que justifica a continuidade da Campanha Santa Maria 50-50.



LAURA FERREIRA CORTES
Professora do Colégio Politécnico da UFSM e coordenadora do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres de Santa Maria



MARIA CELESTE LANDERDAHL
Professora aposentada da UFSM e coordenadora da Campanha Santa Maria 50-50

(g) No dia 8 de maio foi lançado mais um artigo, na página 2, da editoria de Opinião, ocupando duas colunas e tratando sobre a rede de apoio para mulheres que sofrem violência, com o título “Isolamento social e violência doméstica: você não está sozinha”. Os elementos gráficos: foto de apresentação e chapéu (foto 7).

Matéria (g)

Isolamento social e violência doméstica: você não está sozinha

A violência se torna ainda mais dolorosa quando parte daqueles que deveriam nos ter no centro de seu amor. As emoções se confundem dentro dos espaços de convívio, a submissão é compreendida como cuidado, e a agressão, física ou verbal, é recebida com culpa pela vítima. Assim como os espantosos números dos atingidos pela nova pandemia, a experiência internacional nos alarma para outro potencial inimigo: a violência doméstica contra a mulher.

Com a incerteza do futuro, a perda de empregos sentida pelas mulheres durante a crise e a intensificação da convivência familiar decorrente do período de isolamento, a vulnerabilidade feminina tem se ampliado dentro dos lares. As diversas formas de manifestação das violências domésticas, a tristeza, o choro, as marcas no corpo podem ganhar contornos extremos com a concretização do feminicídio.

No ano de 2019, mais da metade das mulheres assassinadas no Rio Grande do Sul por questões de gênero foram atingidas fatalmente nas próprias casas, dentro do lugar do qual se espera paz e proteção. Apesar de a violência geralmente escolher a intimidade do lar, há poucos meses, em Júlio de Castilhos, nem mesmo a luz do sol foi capaz de impedir a morte de uma mulher de 25 anos, mãe, pelo ex-companheiro, pai de seu filho, no centro da cidade.

A falta de constrangimento dos agressores não é isolada, contudo. Ela encontra respaldo na naturalização da opressão em face da mulher, presa em raízes de uma sociedade ainda muito afogada em tantas desigualdades. Quando Bell Hooks, aclamada escritora e intelectual negra, assevera que o feminismo é

para todos, procura colocar a justiça social, a igualdade e o fim da violência de gênero como construção de todos nós, homens e mulheres.

É preciso que as mulheres digam o que estão vivendo para que não se sintam sozinhas. O silêncio sempre estará ao lado da agressão, seja da vítima, dos familiares, dos vizinhos, dos amigos. Para tanto, devem compreender que a violência não se manifesta só de forma física, mas psicológica (diminuição da autoestima, humilhação, manipulação), sexual (coação para atos sexuais e sobre direitos reprodutivos), patrimonial (retenção de objetos, renda, instrumentos de trabalho) e moral (ofensas à honra e xingamentos), conforme o artigo 7º da Lei 11.340/06, nomeada agudamente de Lei Maria da Penha.

Diante desse panorama, a Defensoria Pública trabalha em rede, mesmo que de forma remota, com as demais instituições públicas, como Ministério Público, Polícia Civil, Brigada Militar, Judiciário e Assistências Sociais Municipais, para amparar os pedidos de medidas protetivas em favor das mulheres em situação de violência. Para atendimento, o telefone de contato de cada cidade está exposto no link www.defensoria.rs.def.br/fones-DPE.

O registro em delegacias, ainda, pode ser realizado mediante atendimento presencial ou por meio do acesso ao site www.delegacia-online.rs.gov.br. Por fim, o número 180 sempre poderá ser acionado para urgências.

Nós, mulheres, devemos ser livres para vivermos a potência de nossas possibilidades. Merecemos que o nosso lar seja o lugar base para o acolhimento e expressão de nós mesmas, livre de qualquer forma de opressão, e que seja preenchido por reciprocidade, afeto e amor. Você não está sozinha nesta busca.



JULIANA DEWES ABDEL
Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e defensora pública do Estado em Júlio de Castilhos

(h) No dia 15 de maio, e último dia de pesquisa, na página 19 da editoria de Geral/Polícia, ocupando três colunas foi publicada a notícia sobre o aumento de casos de feminicídio no Rio Grande do Sul, com o título “Casos de feminicídio aumentam no estado”. Os elementos gráficos são chapéu, olho e fio (foto 8).

Matéria (h)

Geral / Polícia

CRIMINALIDADE

Casos de feminicídio aumentam no Estado

O número de feminicídios aumentou 66,7% em abril, no Rio Grande do Sul, em relação ao mesmo período do ano passado. Em abril de 2019 foram seis casos, contra 10 no mesmo mês deste ano. Foi o único crime contra a mulher que aumentou, conforme indicadores de criminalidade divulgados ontem pelo vice-governador e secretário de Segurança, Ramoel Vieira Jr. Os crimes de ameaça, estupro, lesão corporal e tentativas de feminicídio tiveram queda na comparação entre os períodos.

Na análise entre 2019 e 2020, os aumentos foram maiores nos dois primeiros meses do ano. Em janeiro, houve 253% mais feminicídios (três em 2019, e 10 em 2020). Em fevereiro, o aumento foi de 400% (um em 2019, e cinco em 2020). Em março, foram registrados 11 casos em cada ano.

A apresentação, feita ontem pelo governo do Estado, também relaciona os principais índices com o cessar de isolamento social devido à pandemia.

O número de homicídios aumentou na comparação com abril de 2019. Em 2020, foram 158 ocorrências em todo o Estado. No ano passado, foram 152. O aumento é de 5,9%. Entretanto, entre janeiro e abril de 2020, houve queda no indicador.

Uma das explicações do vice-governador para o aumento é o ritmo do distanciamento social, que causa um “engasgamento” do mercado de catadores por menor circulação de pessoas e apreensões de drogas. Além disso, Vieira Jr. apresentou o perfil das vítimas, discriminando mortes de ex-detentos que foram soltos recentemente. Em 2019, oito das vítimas de abril eram presos que foram soltos. Em 2020, foram 22. A apreensão aponta que, caso sejam desconhecidas essas vítimas, o índice tem queda de 10,5% em relação ao anterior.

Os feminicídios foram oito em 2020, assim como no ano anterior. Portanto, os casos não registraram queda nem aumento. **(Colaborou Leonardo Catto)**

CRIME AMBIENTAL

Dupla é detida pela PRF com armas e um tatu morto em Caçapava do Sul



A PRENSÃO Motorista tentou fugir ao avistar a viatura policial. Na prisão, encontraram animal silvestre e armas de fogo artesanais

Um homem, de 48 anos, e um jovem, de 27, foram presos por porte ilegal de arma de fogo e crime ambiental no norte de quarta-feira, em Caçapava do Sul. O caso aconteceu na BR-153.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), durante fiscalização de rotina, policiais detectaram a atitude suspeita do condutor de um veículo Palio, emplacado em Caçapava do Sul, que manobrou bruscamente após visualizar a viatura policial.

Os agentes fizeram a abordagem e, ao verificar o veículo, encontraram um tatu morto, duas armas de fogo de fabricação artesanal e oito munições. Os dois ocupantes do carro disseram que estavam caçando.

A dupla foi detida e encaminhada, junto com o material apreendido, à delegacia de Caçapava do Sul, por porte ilegal de arma de fogo e crime ambiental.

REGIÃO CENTRAL

Massa de ar polar derruba as temperaturas



CIDADÃO Quem preferiu sair às ruas, ontem, não hesitou em recorrer aos casacos, mantos e lãs

Depois de três dias de tempo instável, os santa-marienses voltaram a ver o azul do céu, ontem. E isso deve acontecer pelos próximos dias, até que a chuva possa voltar à cidade, o que está previsto para ocorrer somente na próxima quarta-feira.

Hoje, o sol aparece para compensar o frio. Uma massa de ar seco polar avança pelo Rio Grande do Sul e é o motivo das baixas temperaturas. Há chances, nos próximos dias, de que seja registrada a menor temperatura do ano. O recorde, até o momento, são 4,3°C, em 8 de maio. Ontem, a mínima na cidade foi de 7°C. A máxima, hoje, pode chegar a 17°C.

O frio ainda não chegou de modo uniforme na região, entre as cidades monitoradas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Ontem, Cruz Alta teve mínima de 9,9°C. Em Caçapava do Sul, foram marcados 7,9°C. A situação foi semelhante em Santiago e São Vicente do Sul, com 7°C. A menor temperatura já registrada em São Gabriel: 6°C.

SANTA MARIA

Bombeiros de folga salvam vida de bebê engasgado em condomínio

Auxiliar no atendimento a recém-nascidos engasgados com leite já é comum para os bombeiros. Mas fazer esse atendimento durante a folga é um pouco mais incomum. Isso aconteceu na noite desta quarta-feira, no Bairro Camobi, em Santa Maria.

Segundo informações dos bombeiros, eles receberam uma ligação da mãe do bebê, de três dias, às 20h13min. Ela informou que a criança havia se engasgado enquanto mamava. Enquanto o recém-nascido não precisava ser levado ao hospital. Faltou apenas a recomendação para que os pais o observassem.

Foi aí que se deu conta que dois colegas, que estavam de folga, moravam no mesmo condomínio, na Rua Pedro Américo.

Não se trata de rotina: os colegas de folga foram acionados e, prontamente, se dirigiram ao apartamento onde estava a mãe e o bebê. Quando a guarnição acionada chegou ao local, os dois já haviam conseguido desobstruir as vias aéreas da criança.

Com a rapidez do atendimento dos bombeiros que estavam de folga, o recém-nascido não precisou ser levado ao hospital. Faltou apenas a recomendação para que os pais o observassem.

PREPARE-SE

Confira, abaixo, como ficam as temperaturas para os próximos dias em Santa Maria:

HOJE	4°C	17°C
AMANHÃ	6°C	20°C
DOMINGO	7°C	23°C
SEGUNDA	10°C	26°C
TERÇA	12°C	26°C

Rápidas

Censo do IBGE – O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vai divulgar os valores gerais pelas inscrições para o processo seletivo do Censo 2020, que foi suspenso por causa da pandemia do novo coronavírus. No total, serão restituídos cerca de R\$ 2,8 milhões, a mais de 100 mil candidatos. O instituto informou que o valor exato devolvido será de R\$ 2.823.775,96, entre os 100.735 candidatos que pagaram a taxa de inscrição até o cancelamento do processo seletivo, que ocorreu em março, depois da a Covid-19 começar a causar isolamento social das pessoas em todo o país.

As tabelas abaixo, construídas pela pesquisadora, visam organizar os dados e facilitar a visualização do conjunto do corpus.

Tabela 1 - Codificação de títulos

Matéria	Título
Matéria (a)	Campanha Santa Maria 50-50 e a Covid-19
Matéria (b)	Jovem de 26 anos é vítima de feminicídio
Matéria (c)	Homem é indiciado por feminicídio contra irmã em Santa Maria
Matéria (d)	Relacionamento abusivo
Matéria (e)	BM reforça combate à violência contra mulher
Matéria (f)	Disque Covid - Acolhe Mulher
Matéria (g)	Isolamento social e violência doméstica: você não está sozinha
Matéria (h)	Casos de feminicídio aumentam no estado

Na tabela abaixo é possível ver dados como a data da publicação, o título, os elementos gráficos existentes na matéria, a página, o assunto, quantas colunas e a editoria da notícia, como já citado a cima. É importante salientar que as colunas de opinião possuem tamanhos diferenciados, ou seja, uma coluna de opinião equivale a duas colunas de notícias.

Tabela 2

Data	Editoria	Página	Colunas	Assunto	Título	Elementos Gráficos
23/03	Opinião	2	2*	Rede de apoio (projeto 50-50)	(a) Campanha a Santa Maria 50-50 e a Covid-19	Olho, fio, chapéu e foto de apresentação
24/03	G/Pol	19	3	Feminicídio	(b)	Olho, fio e

					Jovem de 26 anos é vítima de feminicídio	chapéu
03/04	Covid	18	3	Desenrolar do crime de feminicídio	(c) Homem é indiciado por feminicídio contra irmã em Santa Maria	Chapéu, fio
29/04	Opinião	4	2*	Relação Abusiva	(d) Relacionamento abusivo	Ilustração, chapéu, fio e olho
30/04	G/Pol	17	3	Reforço da BM com Lei Maria da Penha	(e) BM reforça combate à violência contra mulher	Fio, chapéu, foto, texto-legenda e intertítulo
2-3/05	Opinião	2	2*	Disque Covid Acolhe Mulher	(f) Disque Covid - Acolhe Mulher	Fotos de apresentação, chapéu, fio e olho
08/05	Opinião	2	2*	Rede de Apoio à mulheres que sofreram violência	(g) Isolamento social e violência doméstica : você não está sozinha	Foto de apresentação e chapéu
15/05	G/Pol	19	3	Pesquisa de casos de feminicídio no RS	(h) Casos de feminicídio aumenta	Chapéu, olho e fio

					m no estado	
--	--	--	--	--	-------------	--

Legenda:

* G/Pol: Geral/Polícia

* Tabelas elaboradas pela autora

Durante o período de pesquisa sobre notícias de feminicídio no jornal foram encontradas, ao todo, oito matérias relacionadas ao crime de violência contra a mulher. Três delas (**b, e, h**) estavam na editoria de Geral/Polícia, quatro (**a, d, f, g**) estavam na editoria de Opinião e uma **matéria (c)** na editoria de COVID. Cinco dessas notícias (**a, c, d, f, g**) estavam em páginas pares e três (**b, e, h**) em páginas ímpares. Duas (**a, b**) foram publicadas no mês de março, três (**c, d, e**) no mês de abril e três (**f, g, h**) no mês de maio. Quatro matérias (**a, d, f, g**) ocupam duas colunas e outras quatro (**b, c, e, h**), três colunas. Cinco matérias (**a, b, d, f, h**) utilizam o elemento gráfico *olho*; sete (**a, b, c, d, e, f, h**) tem *fio*; as oito (**a, b, c, d, e, f, g, h**) matérias tem *chapéu*; três (**a, f, g**) tem *foto de apresentação*; uma (**d**) traz *ilustração*; uma (**e**) tem *texto-legenda* e uma (**e**), *intertítulo*. Três matérias (**b, e, h**) estão localizadas em zonas nobres das páginas do impresso e uma em zona morta (**c**), totalizando quatro matérias do gênero informativo. Já as outras quatro (**a, d, f, g**) estão na editoria de Opinião.

As duas notícias (**b, c**) específicas sobre feminicídio estão em paginações muito próximas. A notícia do crime está na página 19, na editoria de Geral/Polícia, já o anúncio do indiciamento do autor do crime está na 18, na editoria sobre o Coronavírus. Já é de costume um crime ser noticiado na editoria de polícia e geral, mas o desenrolar dele, indicando o indiciamento do autor, ser veiculada em editoria sobre COVID-19 causa certa estranheza no momento de análise do local de publicação. No dia em que essa notícia foi divulgada, o jornal teve 10 páginas do impresso com a editoria COVID-19. As notícias veiculadas nessas páginas são relacionadas às consequências do vírus e também fatos que aconteceram durante a quarentena. Na mesma página do anúncio da prisão do suspeito de feminicídio foram reproduzidas notícias como, por exemplo, focos de incêndio em Camobi e um sinistro no KM 3, bairros da região Leste de Santa Maria, além de uma nota da morte de um ex-prefeito de Tupanciretã e editais de prefeituras da região central do Estado.

Intencionalmente, ou não, o jornal deixou quase metade de suas páginas do dia 3 de abril com informações a respeito da COVID-19, data em que fechava 19 dias do início da quarentena em Santa Maria.

Essa segunda notícia é o desenrolar do crime de feminicídio, em que o irmão matou a irmã dentro de casa. Os quatro artigos que têm relação com a violência contra a mulher estão em páginas destinadas a artigos de opinião **(a, d, f, g)** de articulistas do jornal (normalmente são a página 2 e/ou 4) e elas tem centimetragem diferentes das colunas de jornalismo. As duas notícias restantes **(e, h)** que falam sobre o reforço de policiamento, em tempos de pandemia, para a Lei Maria da Penha e a pesquisa sobre o aumento de feminicídio no Rio Grande do Sul ocupam, também, páginas da editoria de Geral/Polícia, de números 17 e 19, respectivamente.

As notícias de feminicídio e violência contra a mulher não ocupam mais do que três colunas dentro do jornal. Os artigos costumam ter duas colunas de centimetragem diferenciada que equivalem a quatro colunas das páginas propriamente jornalísticas. A mancha gráfica do jornal, como um todo é de 26,3cm X 35cm disposta em cinco colunas. Cada uma delas tem a largura de 4,8cm. Algumas laudas do jornal já têm colocações e diagramações fixas, como é o caso das páginas dos articulistas.

4.2.1. O feminicídio no jornal

Conforme dito anteriormente, ao longo da pandemia, no período de 16 de março até o dia 15 de maio de 2020, o jornal Diário produziu oito notícias sobre violência contra a mulher; três delas sobre o crime de feminicídio. Para o início da análise de conteúdo destas notícias, é importante que se diga as categorias em que essas matérias vão ser enquadradas. Analisando as oito notícias publicadas pelo jornal Diário no período estudado pode-se ver que existem dois grandes grupos de classificação, que são os crimes estudados dentro do campo do jornalismo e foco deste trabalho: violência contra a mulher e feminicídio.

Nesses grupos selecionou-se categorias para a análise de conteúdo das notícias, ou seja, **palavras-chaves** relacionadas aos **crimes de violência contra a mulher e feminicídio**, as quais foram **retiradas das notícias** e também dos **artigos de articulistas e de opinião** (marcações da pesquisadora), a partir de leituras das mesmas. Se analisou à exaustão destas categorias explicitadas a seguir, junto ao campo do jornalismo. Foram elencados 3 grandes grupos que se subdividem em

outras classificações e temas pertencentes. Uma das classificações - humanização - foi deixada de fora, no entendimento de que, quando se fala no crime de feminicídio, dentro do referido veículo de comunicação, se deixa responder as perguntas do lead (o que?; quem? quando?; onde?; como? e por que?) e somente a elas, sem nenhum outro discurso que não seja o de problematizar e humanizar a vítima de feminicídio. Vejamos:

- **Autoridades** (Rede de Apoio civil; Brigada Militar; DEAM; Patrulha Maria da Penha; Polícia; Secretaria de Segurança Pública; Centro de Referência e Atendimento a Mulheres em Situação de Violência; Campanha Máscara Roxa e Sinal Vermelho; ONU; Ministério da Mulher; Rede Lilás);
- **Prevenção** (Rede de Apoio pública; Acolhe mulher; Medidas protetivas; Vida de mulheres importam; Escuta; Orientar mulheres; Igualdade de gênero; Empoderamento feminino; Quarentena sem violência; Denúncia);
- **Violência** (Feminicídio; Relação abusiva; Indicadores de criminalidade; Distanciamento Social; Aumento de crimes em abril 2020; Mulheres em isolamento; Qualificação; Numeração das vítimas; Naturalização de violência; Violência física; Violência psicológica; Silêncio X Agressão; COVID-19; Machismo; Relação abusiva; Desdobramento de caso - na notícia do indiciamento as informações se repetem com as da notícia do crime);)
- **Humanização** (falta de).

Apresentadas as categorias, é interessante o olhar atento para o lugar ocupado pelas notícias que relatam, em primeiro momento, o feminicídio e o seu desenrolar. A **matéria (b)** está na parte superior da página, já a **matéria (c)** está na parte inferior, chamada de zona morta. Elas, obviamente, ocupam locais distintos, não só pela disposição em que se encontram, mas pelos elementos que o jornal utiliza para destacar a notícia, visto que na página existem outras notícias de assuntos diversos. Na **matéria (b)**, em razão do título estar maior do que os outros da página, é a matéria de destaque, já a segunda notícia (**matéria c**), é a última da página, ocupando apenas três colunas e sem elementos de destaque.

Essas duas notícias respondem apenas as perguntas básicas do *lead*. Isto porque é possível ler que só a delegada, autoridade do assunto, da Delegacia da Mulher de Santa Maria, a DEAM, foi entrevistada na **matéria (b)** e o discurso dela foi repetido na **matéria (c)**, com a novidade do indiciamento do feminicida. Na **matéria**

(b) tem-se algumas informações sobre o crime e pode ser considerada uma matéria policial, que relata o fato ocorrido e não vai a fundo, não humaniza aquela mulher, não diz quem ela era, só onde morava e que foi morta a tiros pelo irmão. Não é possível ler e ver uma problematização do crime, visto que foi o crime contra a mulher que mais aumentou durante a quarentena na RS, no mês de abril de 2020, como é possível ler na **matéria (h)** - que será falada mais adiante.

As matérias (b) e (c) são notícias apenas informacionais. Na **matéria (b)**, logo na segunda linha da notícia, já temos a qualificadora de “primeiro feminicídio” do ano em Santa Maria. Conforme Mouillaud afirma, o jornalismo tem o objetivo de realizar o processo de visibilidade, como no caso da **matéria (b)**, visto que antes mesmo de falar o nome da mulher, o veículo já mencionou, numerando-a, como a primeira vítima, enquadrando ao leitor o mais importante da matéria: foi o primeiro crime de feminicídio do ano. E de fato foi, mas voltamos ao fator da humanização da matéria, onde o nome da vítima só foi apresentado na linha seguinte e nenhum de seus familiares foram ouvidos para dizer quem era essa mulher. Ela trabalhava? Tinha filhos? Cuidava de alguém da família? Sustentava a casa? Era uma chefe de família? Não temos como saber, por seus familiares não terem sido ouvidos. Na matéria temos apenas o relato da ocorrência, onde testemunhas dizem que Andressa de Borba Agnes, 26 anos, teve uma discussão com seu irmão, de 36 anos, e um baleou o outro. Andressa acabou morta e o irmão foi para o hospital, onde não foi ouvido, chegou a ficar sob custódia da polícia, mas em seguida teve a liberdade concedida pela Justiça, conforme pode ser constatado na **matéria (c)**.

Mas seguimos na análise da **matéria (b)** e somente a ela, sem julgamentos de valores morais. Outras informações repassadas na matéria foram o local da morte, como bairro, rua, região da cidade e o nome conhecido da população santa-mariense: Beco do Beijo. Um dos locais mais perigosos da cidade, onde muitas mortes, por acertos de conta, são registradas ao longo de cada ano. Além disso, o veículo de comunicação tem o costume de registrar, ao final da matéria, o número de quantas pessoas já foram assassinadas até a publicação da notícia. Na **matéria (b)**, a contagem era de 15 mortos até o dia 24 de março. Essa informação é trazida aqui por ser uma observação realizada quando a autora desta pesquisa trabalhava no jornal, tendo ela já escrito algumas notícias de homicídios enquanto estava no meio jornalístico.

A **matéria (c)** é tão, ou mais, *lead* que a **matéria (b)**. Além dela estar como última da página 18, chamada de zona morta, e não ter elementos de destaque nem como título, nem como olho, novamente não traz nenhum relato familiar. Segundo Rossi (1980), o profissional de jornalismo, quando vai fazer a pauta, precisa estudar sobre o assunto para não ser apenas um mero reproduzidor de informações. Neste caso, como estudar sobre feminicídio? A lei de Feminicídio é recente, aprovada apenas em 2015. Fazem apenas cinco anos que circula nos tribunais, delegacias de polícia e na sociedade. Será mesmo que a população santa-mariense sabe a fundo o que a lei diz? Sabe o que qualifica esse crime? Sabe o número dela? A mulher santa-mariense sabe diferenciar quais são as violências que sofre? Qual o papel do jornalismo, e aqui, coloca-se o Diário como o único veículo de comunicação impresso de Santa Maria e região central do Estado, na busca por levar esse conhecimento a diversas casas de leitoras que estão em situação de violência, em plena quarentena? Se para Rossi (id) é importante trazer o relato dos familiares de vítimas de crimes - no caso, o feminicídio -, Lage (1998) não concorda com essa afirmação. Para ele, o trato emocional com assuntos que projetam aspirações e angústias das grandes massas, gerou o que se chama de imprensa sensacionalista - competitiva, voltada para a coleta de informações a qualquer preço, e eventualmente, mentirosa. Mas é importante que os veículos de comunicação tenham um ponto de equilíbrio entre a busca desenfreada, a qualquer custo, por informações da vítima - isso porque tem uma família que chora a morte dessa mulher - e entre buscarem informações do crime apenas com autoridades, deixando a notícia impessoal, como se fosse mais uma notícia a ser publicada, sem humanização.

A **matéria (h)**, terceira a falar sobre o crime de feminicídio, tem destaque na página em que está localizada, chamada de zona nobre. Essa matéria apresenta dados de uma pesquisa sobre o aumento de casos de crimes de feminicídio no Rio Grande do Sul no mês de abril de 2020 - segundo mês da quarentena no Brasil. Isto é, seu título faz a chamada para o aumento de casos de um dos três crimes noticiados ao longo da matéria. Na primeira coluna da notícia lê-se que a Secretaria de Segurança do Estado veiculou o crime de feminicídio como o único que mais aumento contra as mulheres, deixando agressões, ameaças e estupros não tiveram aumento no mesmo período do ano passado, mas sim diminuíram. O comparativo da pesquisa foi realizado nos primeiros meses do ano de 2019 e 2020. Além disso, nesta mesma matéria foram noticiados os crimes de homicídio e latrocínio - roubo seguido de morte.

Mas o título da matéria é o seguinte: “*Casos de feminicídio aumentam no estado*”. É possível entender, pelo título, que a matéria falará sobre, somente, o feminicídio, mas o texto traz mais dois crimes que foram divulgados pela mesma pesquisa, ou seja, o título não abrange todo o texto. Podemos ver um enquadramento do título diferente do texto em si. Seguindo os mesmos princípios de Lage (id) sobre o trato emocional de assuntos que projetam angústias e aspirações nas grandes massas geraram a imprensa sensacionalista, é importante o cuidado com o título das matérias em assuntos como esses. Visto que uma grande população está a falar sobre a violência contra a mulher no período de quarentena, no que chamamos de teoria do agendamento. Para a autora desta pesquisa, foram necessárias duas leituras para conseguir entender essa notícia. Com o título falando apenas do aumento do Feminicídio, a leitura foi projetada de uma maneira.

Conforme afirma Bourdieu (1997), um jornal, quanto mais quer atingir um extenso público, mais deve se ‘especializar’ (aspas da pesquisadora) em não “chocar ninguém”, ou seja, jamais levantar problemas, ou falar apenas sobre problemas sem história, para ficar certo de não causar o choque em ninguém. O modo de construção da notícia, ainda pensando na perspectiva proposta por Bourdieu (id), pode ser visto como simplista, uma vez que ela dispensa todo o trabalho que é preciso fazer para compreender o fenômeno do crime de feminicídio. Ao tratar junto aos demais crimes, num patamar de equivalência, confirma coisas já conhecidas, e sobretudo deixa intactas as estruturas mentais, fazendo com que deixe as pessoas em uma inércia, que deveria virar a luta, a revolução.

As outras cinco matérias analisadas têm como eixo central a violência contra a mulher. Uma dessas é notícia e as outras quatro são artigos de opinião. A **matéria (e)** se encontra na zona nobre, como a segunda principal da página. Ela trata sobre o reforço do policiamento da Brigada Militar, Patrulha Maria da Penha, nos casos de violência contra a mulher no estado do RS. Chamada de Operação Jeronyma Mesquita - em homenagem a Jerônima/Jerônima Mesquita, enfermeira e líder feminista a qual deu origem ao Dia Nacional da Mulher, no dia 30 de abril, data de seu nascimento e data da publicação da notícia -, o objetivo é de visitar e acompanhar as vítimas de violência doméstica que possuem registrado medidas protetivas. Na matéria, conforme declaração das autoridades, os policiais não só fazem a ocorrência da Lei Maria da Penha, mas tem o objetivo de acompanhar o desenrolar e desenvolvimento dessa mulher que pediu ajuda. Novamente, vemos apenas

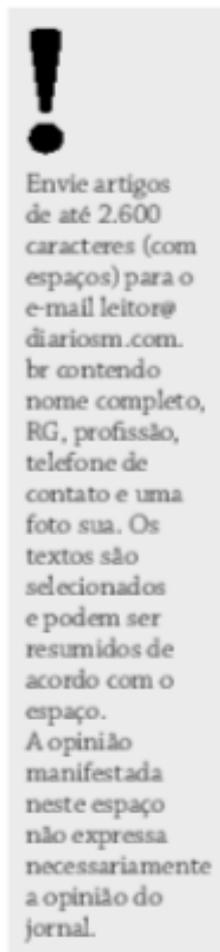
discursos de autoridades, no caso do comandante do Primeiro Regimento de Polícia Montada de SM, o capitão Paulo Ricardo Pinto Rogério. Mas essa patrulha também tem o objetivo de prevenir que a violência volte a acontecer. Isto porque para o e a policial integrarem a equipe da patrulha, precisam passar por um curso de qualificação do programa e um deles ser mulher, como diz na própria matéria. Este curso tem a intenção de humanizar esses agentes militares para que possam atender da melhor forma possível a mulher que acabou de ser agredida. Na matriz do curso, os e as policiais contam com seis disciplinas: Relações de Gênero e Direitos Humanos; Autuação Legal; Rede de Atendimento e/ou Enfrentamento; Protocolo e Fluxo Policial; Técnica Policial Militar na Perspectiva da Patrulha Maria da Penha e Estágio operacional supervisionado. Sendo assim, essas mulheres podem contar com redes de apoio públicas para a escuta, orientação e perspectiva de uma nova vida. Na teoria, o objetivo da Patrulha Maria da Penha é de fazer com que, conforme palavras da própria Brigada Militar, os organismos policiais revissem suas estratégias de atuação, visando à prevenção delitiva eficiente e eficaz, por isso a criação da patrulha. Outra novidade na **matéria (e)** também é a citação da criação da patrulha em Santiago e quem foi ouvido, novamente, foi a autoridade do comandante do Quinto Regimento de Polícia Montada major Noé Jesus da Costa. Rossi (id) afirma que existem repórteres especializados em editorias/setores, no que ele chama de *background*, ou seja, para o autor, jornalistas são sujeitos que sabem um pouco de tudo e que por isso precisam estudar o assunto e as fontes para poder escrever a respeito. Nessas matérias sobre o crime de feminicídio, pode-se perceber que as pautas foram estudadas, não com a profundidade que deveriam ter e também não aconteceu o que Rossi (id) tanto defende: que os profissionais de jornalismo não sejam meros reprodutores de informação, as quais lhes foi repassada por uma única fonte. Para finalizar a análise dessa **matéria (e)**, outro intertítulo colocado na notícia foi dizendo as maneiras de denunciar a violência contra a mulher. Até agora essa é a primeira matéria que levanta e traz essas informações de maneira concreta.

Todas essas quatro matérias que falam sobre o feminicídio (**matérias b, c, h**) e sobre a violência contra a mulher (**matéria e**) também passaram por critérios de noticiabilidade, de relevância; pela teoria do agendamento e, claro, foram um acontecimento. Mouillaud (2002) disserta sobre o conceito de acontecimento e, para o pesquisador essa conceituação se encaixa em formas. Mouillaud (id) afirma que o acontecimento tem ciclos de ocorrências. Para ele, o acontecimento precisa de

tempo, espaço, áreas, durações e formas para existir e ser noticiado. Cada notícia já analisada possui esses elementos, mesmo que de maneira mais rasa, como é o caso da **matéria (b)**, onde a área da humanização basicamente não foi noticiada. Outra teoria importante para ser citada é a do Agendamento. Isto porque essa é uma das principais teorias que agenda o assunto para um veículo de comunicação ou para uma sociedade. Ou seja, a Teoria do Agendamento dentro da mídia, conforme Mazzarino (2007), pode não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem uma capacidade especial para dizer ao seu público sobre o que pensar. E o feminicídio e a violência contra a mulher então em voga nesses tempos nefastos de pandemia. Nunca se falou tanto sobre o assunto como agora. Um dos motivos, é em razão do início da estratégia Planeta 50-50, das Organizações das Nações Unidas, a ONU Mulheres, o qual visa impulsionar a Agenda 2030 com o quinto objetivo: “igualdade de gênero e empoderamento de meninas e mulheres”. Esse projeto começou a se desenvolver e ganhou áreas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), se transformando na campanha Santa Maria 50-50, com apoio público-privado, um deles sendo o apoio do próprio Diário. Santa Maria começou a ter um princípio de debate sobre o assunto de entidades empresariais, instituições de ensino, instituições sindicais e, quando a pandemia iniciou, a alternativa para os debates se virou para o campo digital. Quando o jornal noticia um crime que choca a sociedade, e esta pauta vira assunto na sociedade. Para o feminicídio e a violência contra a mulher, o agendamento, se devidamente utilizado pelos meios de comunicação, pode ajudar a tirar diversas mulheres de violência doméstica e de relações abusivas.

As **matérias (a, f, g)** falam sobre redes de apoio, sobre a prevenção da violência contra a mulher. A **matéria (d)** tem seu assunto sobre relacionamento abusivo. Os artigos de opinião ocupam zonas nobres das páginas, isto porque dividem, no máximo, espaço com outro artigo e/ou ilustração. Na **matéria (a)** vamos ter o projeto Santa Maria 50-50 abordado perante a pandemia. A articulista disserta sobre a importância de ter e seguir com o projeto na cidade, visto que, com palavras dela: a campanha tem como objetivos promover reflexões e a conscientização sobre a necessidade de repensar nossa cultura arraigada pelo machismo. Ela segue falando no texto a respeito da surpresa que teve da aceitação e o apoio ao projeto em várias instituições públicas e privadas. A autora do texto também diz que, com o agravamento da COVID-19 no Brasil e a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde e o decreto de estado de calamidade pública federal, as atividades

coletivas da campanha precisaram ser adiadas por tempo indeterminado. A reflexão maior não é só com o conteúdo do artigo, mas também com a tarja ao lado do texto:



Ela determina a quantidade de caracteres que o texto vai ter. No padrão do jornal Diário é de 2.600, com espaço. Isso não chega nem a uma página inteira de documento no *word*. Ainda é colocado que se precisar de espaço, o artigo será resumido. Sabe-se que o jornal impresso não possui tanto espaço disponível e que as notícias, muitas vezes pipocam para serem publicadas. Além disso, também é de conhecimento desta autora que os espaços no jornal impresso são caríssimos e, por tanto, é necessário economizar para publicar as matérias já classificadas nos valores-notícias e que sejam conforme a editoria do jornal. Os espaços dados aos artigos de opinião têm processo de enquadramento bem visível, isto é, se deixa o leitor ver aquilo que é considerado o mais importante sobre o assunto, não deixando tempo e espaço para debates ao longo da página. Para Mouillaud (id), o quadro determina o que deve ser visto. O que fica fora do campo, sai do quadro, sai do enquadramento e não é noticiado. Ainda segundo o autor, o jornalismo impresso tem divisões para que se possa compreendê-lo. Conforme Mouillaud (id), o jornal está em perpétua

modificação. Ou seja, os artigos de opinião que dissertam sobre a violência contra a mulher e relacionamento abusivo podem modificar a maneira de se falar sobre o assunto, visto que produzir informação supõe a transformação de dados que estão em estado difuso.

Já na **matéria (d)** a constante é sobre relações abusivas. A autora do mesmo faz uma comparação entre a liberdade do pássaro e o sentimento de posse de uma menina com as relações abusivas utilizando-se de uma história de Rubem Alves. Ao longo do texto, a articulista explana como a relação abusiva pode ser tóxica para a pessoa que está nela e aponta que é mais difícil de se identificar uma agora, durante a pandemia, visto que muitas mulheres estão em casa, trancadas com seus abusadores. Na comparação feita, a menina adorava ver o pássaro chegar para lhe contar as histórias do mundo, mas que em um certo momento, por estar sofrendo as constantes idas do bicho para longe, a menina resolve trancar o pássaro em uma gaiola. Mas notou que logo o pássaro já não tinha mais a mesma alegria, assim como ela. Então resolveu soltá-lo. E isso é o que acontece em vários relacionamentos abusivos, aqui falamos em específico do amoroso, em razão do desenvolvimento da violência doméstica. Esses passos são classificados por Braghini (2000). De acordo com ela, uma violência doméstica tem etapas: começando na violência psicológica, agressão verbal, espancamento, desigualdade, submissão, discriminação e a última, e fatal, a morte, chamada na lei, desde 2015, de feminicídio. Ou seja, quando uma mulher não consegue sair ou identificar uma relação abusiva, mesmo levando algum tempo, ela vai passar por todos os passos que Braghini (id) denomina. É por isso que a luta da violência contra a mulher é tão importante de ter o apoio de redes públicas e privadas, de se dialogar, orientar e escutar essa mulher que vive esse sofrimento, de ter prevenção, principalmente por parte dos órgãos públicos, os quais são responsáveis de proteger a população, mesmo que as leis de proteção à mulher sejam tão recentes.

A **matéria (f)** complementa a **matéria (a)**. Isto porque as autoras do texto falam sobre mais um mecanismo de prevenção para as mulheres de Santa Maria durante a quarentena. Isso é, a UFSM criou um portal de denúncias para que mulheres vítimas de violência doméstica pudessem procurar ajuda. Um número de telefone foi disponibilizado, assim como, apenas, profissionais mulheres para o atendimento dessas vítimas. Também foi reforçada a ideia de que o isolamento social está deixando essas mulheres mais vulneráveis a sofrerem violência doméstica. As

articulistas também falam sobre o funcionamento do número para a denúncia e os horários de ligação. Esses canais são extremamente importantes, já que Santa Maria não possui um abrigo para que mulheres vítimas de violência possam recomeçar suas vidas.

A última **matéria (g)** em análise também traz à tona o assunto da violência doméstica durante a pandemia. Esse texto carrega um pouco mais de dados sobre o assunto e também tem a humanização logo no título: *Isolamento Social e Violência Doméstica: você não está sozinha*. A articulista lança diversos motivos da vulnerabilidade feminina em tempos de pandemia. Ou porque ela perdeu o emprego, ou porque o emprego já era informal, ou porque essa mulher sofreu violência de quem deveria amar e respeitar ela, dentro do íntimo da casa e do sentimento, conforme diz Saffioti (2004). Outro dado importante deste artigo é que ele é o terceiro texto que traz meios de denúncia para a violência, pelos portais da defensoria pública, local onde a autora do artigo trabalha. Assim como o artigo de relações abusiva - **matéria (d)** -, essa **matéria (g)** aponta a liberdade dentro de uma relação e a liberdade da mulher como primordiais para que se possa viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho final de graduação investigou a abordagem do feminicídio nas páginas do jornal impresso Diário de Santa Maria, analisando a linguagem utilizada nas notícias; mapeando o tema e verificando o lugar das notícias de feminicídio e violência contra a mulher nas páginas impressas do jornal. Também podemos ver matérias sobre a violência contra a mulher, um dos primeiros estágios, segundo Saffioti (2004), de violência que podem levar ao feminicídio. Percebo que ao longo das pesquisas e leituras realizadas para este trabalho foi possível verificar, principalmente, que o termo é novo, mas mesmo assim há inúmeros estudos na esfera conceitual da palavra. Mesmo com muitas pesquisas evidenciadas em diversos campos temáticos, não foi possível perceber, no período de pandemia, o agendamento do tema dentro do veículo estudado.

As notícias analisadas nesta pesquisa se mostraram factuais e trouxeram para o público leitor as informações mais básicas do jornalismo: o *lead*. Durante as análises, foi possível concluir que o veículo em questão não chega a assumir a importância com que o tema precisa ser tratado. Isto é, no período o qual as matérias foram coletadas não foi possível observar aprofundamento sobre a violência contra a mulher e feminicídio.

Os artigos de opinião (**matérias a, f, g**) aqui levantados cumpriram seu papel de rede de apoio pública, visto que três dos quatro textos trouxeram informações e orientações quanto à prevenção da violência na vida das mulheres santa-marienses. Eles servem de alerta, também, para que pessoas que presenciaram/presenciam esses crimes saibam onde encontrar ajuda para a denúncia. A **matéria (d)**, que traça um comparativo de uma relação abusiva também tem um importante papel. Isto porque alerta mulheres que estão dentro de um relacionamento abusivo, fazendo com que elas possam identificar os abusos e tentar/conseguir sair antes que o crime de feminicídio aconteça.

As **matérias (b) e (c)** mostram como a impessoalidade que defende Lage (1998) nas notícias jornalísticas pode causar tristeza e afastamento do público. Muitas vezes, notícias que só trazem o *lead* podem passar despercebidas aos olhos do leitor, ainda mais estando em zona morta, como é o caso da matéria **(c)**. As notícias precisam, além de trazer discursos de autoridades como fontes, também mostrar

quem era aquela vítima do crime, o que ela fazia, se era mãe, filha e sobrinha, se sustentava a casa. Fatos que tornem essa vítima uma pessoa, não apenas mais um número no índice de assassinatos de 2020.

Mas também é importante aprofundar as **matérias (e) e (h)**. Elas levantam questões do papel das autoridades perante as violências que a mulher sofre na sociedade. A notícia **(e)** não diz, ao menos, qual o objetivo que a Patrulha Maria da Penha tem a cumprir. Mesmo que em período anterior tenha sido noticiado, é relevante que o jornal resgate essa informação, afinal, não são todas as pessoas que acompanham o veículo todos os dias. Tentar e/ou conversar com essas mulheres que são acompanhadas também é uma maneira de humanizar a vida delas, novamente não virando só em números e estatísticas. Já na **matéria (h)** os discursos de autoridade marcam o texto como um todo. Os números trazidos nesta notícia congelam, de vez, a relação jornal-leitor. Aqui, trago as palavras de Rossi (1980) quando afirma que ouvir outras fontes, que não somente as oficiais, mune os jornalistas mais ainda de conhecimento. Trazer a pesquisa da Secretaria de Segurança do Estado, pode fazer com que o assunto vire um agendamento na sociedade. Mas humanizar essas vítimas, dizer quem são, não vai acalantar apenas o coração de suas famílias, mas também vai aproximar o leitor do jornal que levou para a casa dele, um algo a mais dentro do jornalismo de dados.

Dessas oito matérias, cinco delas trazem a violência contra a mulher como essência. As outras três, falam de feminicídio. Uma das observações é que de fato, estamos falando mais sobre a violência contra a mulher em curtos períodos de tempo. Podemos elencar, aqui, a prevenção como um pilar do assunto. Quando isso ocorre, é um degrau que subimos. Mas o caminho a ser percorrido ainda é longo e árduo, visto que no período pesquisado, não encontrei reportagens sobre o assunto que problematizem, questionem e levantem informações para um melhor entendimento da população. Isto, talvez, porque a Lei do Feminicídio tem apenas cinco anos, mas é tão necessária e importante chegar ao conhecimento de cada cidadão que precisa ser disseminada. Para muitas mulheres, ler uma matéria e se enxergar na história, conseguindo identificar que vive uma relação abusiva e sair dela, é um grande passo. Por isso, é tão importante a humanização das notícias que são reportadas nos veículos de comunicação.

Mostrar redes de apoio públicas e privadas, é o primeiro passo para se salvar vidas. Muitas mulheres são ameaçadas constantemente e, por isso, precisam buscar

ajudas silenciosas. Explico. O instituto Maria da Penha lançou um vídeo com redes de apoio, mas não colocou som. Assim, a vítima pode apenas ver os canais de denúncia e conseguir sair mais rápido da vulnerabilidade.

Para finalizar, ter realizado essa pesquisa de campo sobre os temas violência contra a mulher, feminicídio e jornalismo impresso, me fez acumular um rico e vasto material que será de grande utilidade para modelos e formas a serem seguidos em outras instâncias de pesquisa sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA PÚBLICA. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Públicos e Privados**. 2010. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa.org.br/sites/default/files/pesquisaintegr_a.pdf> Acesso em: 14 de outubro de 2019.
- AGÊNCIA BRASIL. **Agência Brasil explica onde mulheres agredidas podem encontrar ajuda**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-05/agencia-brasil-explica-onde-mulheres-agredidas-podem-encontrar>. Acesso em: 20 de maio de 2020.
- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.
- ANDES. **Entrevista: Pesquisa e a Violência contra as mulheres**, 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/entrevista-pandemia-e-a-violencia-contra-as-mulheres1>. Acesso em: 16 de maio de 2020.
- BAIROS, Luiza. **Nossos Feminismos Revisitados**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458, jan. 1995. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462/15034>.
- BANDEIRA, Julia T. **O que os adultos compreendem como gênero? Uma perspectiva sob o olhar de uma terapeuta ocupacional em relação aos brinquedos e brincadeiras**. Revista Ártemis. Vol. XXVIII nº 1; jul-dez, 2019. pp. 191-208, ISSN: 1807 - 8214. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/41510/29010>
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Reto, L; Pinheiro, A. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BASTHI, Angélica (Org.). **Guia para Jornalistas sobre Gênero, Raça e Etnia**. Brasília: ONU Mulheres; Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ); Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Fundo de Alcance dos Objetivos do Milênio, F-ODM), 2011.
- BBC BRASIL. **#ELENÃO: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 8 de março de 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo, v.I, II**. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Sobre a Televisão: seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos - A estrutura invisível e seus efeitos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRAGHINI, Lucélia. **Cenas repetitivas de violência doméstica: um impasse entre Eros e Tatanos**. Campinas, SP: Editora Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BRASIL. **Lei n. 13.104, de 9 de março de 2015**. Tipifica o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm.

BRIGADA MILITAR. Histórico da Patrulha Maria da Penha. Disponível em: <https://brigadamilitar.rs.gov.br/pmp>. Acesso em: 5 de julho de 2020.

CASA DOS FOCAS. **Vocabulário de jornalismo**, 2015. Disponível em: <http://www.casadosfocas.com.br/vocabulario-de-jornalismo/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

CARLOMAGNO, Márcio C. e ROCHA, Leonardo Caetano da. **Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica**. Revista Eletrônica de Ciência Política, vol. 7, n. 1, 2016, 173-188.

CARTA CAPITAL. **Chile cria palavra-chave para mulheres denunciarem violência doméstica**, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/chile-cria-palavra-chave-para-mulheres-denunciarem-violencia-domestica/>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

CARTA CAPITAL. A guerra contra o coronavírus no Brasil tem nome de mulher, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-contra-o-coronavirus-no-brasil-tem-nome-de-mulher/>. Acesso em: 8 de maio de 2020.

COMPROMISSO E ATITUDE LEI MARIA DA PENHA. **Lançada cartilha virtual de combate à violência contra a mulher**, 2019. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/lancada-cartilha-virtual-de-combate->

[violencia-contra-mulher/?fbclid=IwAR3x3TZKMbVFUUCqxpUQGbw4AddBQJq4qEnesMpmwI55b jHxpSY-jLa4Xas](#). Acesso em: 20 de março de 2020.

CONSULTOR JURÍDICO. **Violência Doméstica, pandemia da COVID-19 e novos desafios**, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-26/hofling-aquilar-violencia-domestica-covid-19-desafios>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

CONTEÚDO JURÍDICO. **Feminicídio: Uma análise de sua natureza jurídica na doutrina da jurisprudência**, 2019. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53809/feminicidio-uma-analise-de-sua-natureza-juridica-na-doutrina-e-jurisprudencia?fbclid=IwAR1b0oZqWlJaXbjxnuy4VylvtkMA-hFcag8x3HGinLNw0DLt7inH2GHg5p4>. Acesso em: 18 de junho de 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. **Organização Mundial da Saúde declara coronavírus como emergência global**, 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/01/30/interna_mundo,824480/organizacao-mundial-da-saude-declara-coronavirus-como-emergencia-globa.shtml. Acesso em: 30 de maio de 2020.

COSTA, Caroline Oliveira da. **Morta por ser mulher: uma análise da abordagem de notícias sobre casos de feminicídio**. Trabalho Final de Graduação. Universidade Franciscana, Santa Maria.

COTTA, Pery. **Jornalismo: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Rubio, primeira edição, 2005.

DALMONTE, Edson Fernando. **Narrativa Jornalística e Narrativas Sociais: Questões acerca da representação da realidade e regimes de visibilidade**, Repositório Institucional, UFBA, 2011, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, p. 215-232. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1802>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

DATA POPULAR e Instituto Patrícia Galvão. **Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres**. 2013. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/dados-e-pesquisas-violencia/para-70-da-populacao-a-mulher-sofre-mais-violencia-dentro-de-casa-do-que-em-espacos-publicos-no-brasil/>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELPHY, Christine. **Patriarcado (teorias do)**. In: HIRATA, H. et al (org.). Dicionário Crítico do Feminismo. Editora UNESP : São Paulo, 2009, p. 173–178. Disponível em: <https://medium.com/gg-feminista/teorias-do-patriarcado-7314938c59b>.

DIÁRIO DE SAÚDE. **OMS declara pandemia de COVID-19**, 2020. Disponível em: <https://www.diariodasaude.com.br/news.php?article=oms-declara-pandemia-covid-19>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

Dicio. **Dicionário Online de Português**, definições e significados de mais de 400 mil palavras, 2009 – 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>.

FERNANDES, Isis Cleide da Cunha. **Representação da Violência de Gênero contra a mulher nos jornais de Cabo Verde: uma análise de conteúdo de A Semana, A Nação e Expresso das Ilhas**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FIO CRUZ. **Violência contra as mulheres vem crescendo no país**, 2019. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-vem-crescendo-no-brasil>. Acesso em: 25 de março de 2020.

G1. **Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>. Acesso em: 14 de outubro de 2019.

HISTÓRIA HOJE. **Jerônima Mesquita e o voto feminino**. Disponível em: <https://historiahoje.com/jeronima-mesquita-e-o-voto-feminino/#comments>. Acesso em: 5 de julho de 2020.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. São Paulo: Tempo Social, v. 26, n. 1, 2014. p. 61-73.

JORNALISMO GERAL. **O que é lide/Lead?**, 2015. Disponível em: <https://jornalismogeral.blogspot.com/2013/02/o-que-e-lide-lead.html>. Acesso em: 2 de julho de 2020.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Ática, 1998.

_____. **A Reportagem: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística**. São Paulo, SP: ED. Record, 2004.

LIRA, Rafael de Souza. **Mídia sensacionalista: o segredo de justiça como regra**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MARIANO, Isabella Silva de Freitas. **Jornalismo, narrativas e discursos: um estudo sobre feminicídio no jornal A Gazeta**. Trabalho de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MARQUES, Emanuele Souza et al. **A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento**. Cadernos de Saúde Pública [online]. v. 36, n. 4 [Acessado 23 de maio de 2020], e00074420. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00074420>>.

MAZZARINO, Jane Márcia. **O agendamento na perspectiva das fontes do campo jornalístico: observando fazeres do movimento socioambiental**. Revista Fronteiras - Estudos midiáticos. Vol. IX, nº 1, páginas 53 - 63. 2007.

MEDEIROS, Anaís Cordeiro de; et. al. **Relação entre fonte e jornalista: um estudo sobre ética no livro O jornalista e o assassino**. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1608-1.pdf>

MELLO, Adriana Ramos de. **Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2016.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (orgs). **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002..

OLIVEIRA, Bárbara Nascimento de. **Além dos boletins de ocorrência: análise das narrativas midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos Super Popular e Jornal da Cidade**. Trabalho de Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão.

ONU NEWS. **Organização Mundial da Saúde declara novo coronavírus uma pandemia**, 2020. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/03/1706881>. Acesso em: 25 de maio de 2020.

ORIENTANDO. **Lista de identidades não-binárias**. Disponível em: <https://orientando.org/listas/lista-de-generos/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

POLÍCIA MILITAR. PM inicia curso “Patrulha Maria da Penha” no 9º Batalhão em Araguatins, 2020. Disponível em: <https://www.9bpmto.com.br/2020/03/pm-inicia-curso-patrulha-maria-da-penha.html>. Acesso em: 5 de julho de 2020.

POLITIZE. **Machismo: você entende mesmo o que significa?**, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. São Paulo: Cadernos Pagu (16): 2001. p. 115-136.

RIBEIRO, Djamila. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo. Editora Brasiliense, 1980. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/26911000/o-que-e-jornalismo-clovis-rossi-pdf>

SAAD, Maria Amélia Pedro. **A trama das mulheres invisíveis: análise da abordagem de feminicídio íntimo no jornalismo popular**. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/30944/2/maria_saad_iff_mest_2018.pdf?fbclid=IwAR2DIOfcIXR7ytfOw_pBNaUAxOq6irra13wnrH5W7kbg2Kivh9sbHT79Ps0

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Contribuições feministas para o estudo de violência de gênero**. São Paulo. 2001. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.115-136. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>

SANTOS, Maria Inês Detsi de Andrade. **Gênero e Comunicação: o masculino e o feminino em programas populares de rádio**. São Paulo: Annablume, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Z38qM31zrvqC&oi=fnd&pg=PA13&dq=SANTOS,+Maria+In%C3%AAs+Detsi+de+Andrade.+G%C3%AAnero+e+Comunica%C3%A7%C3%A3o:+o+masculino+e+o+feminino+em+programas+populares+de+r%C3%A1dio.+S%C3%A3o+Paulo:+Annablume,+2004.+&ots=BCEmvPLLGc&sig=Lhc9BJD43y4dUmKJzUqD8rLymQU#v=onepage&q&f=true>

SARAIVA, Aléxia Silva. **Não é por amor: o enquadramento noticioso de feminicídios na Tribuna do Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SCOTT, J. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade V.20 (2): 71-99, 1995.

TERRA. **Brasil supera 310 mil contaminados por coronavírus e tem recorde de 1.188 mortes registradas em 24h, 2020.** Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/saude/brasil-supera-310-mil-contaminados-por-coronavirus-e-tem-recorde-de-1188-mortes-registradas-em-24h,adece7356f2fa7276b47a82a94cadd7dwxw35gap.html>. Acesso em: 2 de junho de 2020

TRAQUINA, Nelson. **O poder do Jornalismo – análise e textos da Teoria do Agendamento.** Cimbra: Minerva, 2000.

_____. **Teorias do Jornalismo - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional.** v.2. Florianópolis: Insular, 2005.

UFSM. **UFSM coordena serviço de acolhimento a vítimas de violência contra a mulher durante a quarentena, 2020.** Disponível em: <https://www.ufsm.br/2020/05/08/ufsm-coordena-servico-de-acolhimento-a-vitimas-de-violencia-contra-a-mulher-durante-a-quarentena/>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

UOL. **Coronavírus: Itália registra aumento de mortes pelo 3º dia consecutivo, 2020.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/04/16/italia-mortes.htm>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

_____. **Sutiãs nunca foram queimados: a verdade sobre 6 episódios do feminismo,** 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/01/16/sutias-nunca-foram-queimados-a-verdade-sobre-6-episodios-do-feminismo.htm>. Acesso em: 25 de março de 2020.